



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNAI E INCRA 2			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0585/17	DATA: 30/05/2017	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 12h01min	TÉRMINO: 14h35min	PÁGINAS: 65

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Continuação da votação dos destaques.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções inaudíveis.

Houve intervenções ininteligíveis.

Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos relativos à Fundação Nacional do Índio — FUNAI e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, nos termos que especifica.

Há sobre a mesa dois requerimentos com o mesmo teor. O primeiro é relativo à alteração da ordem dos trabalhos, de iniciativa do Deputado Valdir Colatto, que passo a ler:

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a inversão da ordem dos trabalhos desta Comissão para que sejam apreciados na seguinte ordem: destaques, ata e expediente.

O Deputado Mauro Pereira pede a subscrição.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, V.Exa. vai ler o outro requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Encontra-se sobre a mesa o segundo requerimento, de autoria da Deputada Erika Kokay, relativo à alteração da ordem dos trabalhos, que passo a ler.

Sr. Presidente,

Requeiro, com base no artigo do Regimento Interno — não cita o artigo —, a inversão da pauta para apreciação do expediente antes da leitura e aprovação da ata.

A Deputada Erika Kokay pede preferência, no requerimento de inversão de pauta, para a apreciação do expediente antes da leitura e da discussão da ata, nos termos dos arts. 160 e 117 do Regimento Interno.

Considero-o prejudicado, com base no art. 159, inciso III, do Regimento Interno.

Para fazer o encaminhamento do requerimento de inversão de pauta, terão a palavra um Deputado contrário e um a favor.



O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Nilto Tatto, V.Exa. pede a palavra para falar contra ou a favor?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Primeiro, quero um esclarecimento.

Por que está prejudicado o requerimento apresentado pela Deputada Erika Kokay?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Já argumentei: baseado no art. 159, inciso III, do Regimento Interno. Documento de mesma ordem não pode ter preferência, isso está previsto no Regimento Interno.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - A ordem dos trabalhos não começa com a aprovação da ata?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A palavra para encaminhamentos contra e a favor está à disposição das bancadas.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, essa é mais uma manobra, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não. É regimental.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O que é regimental, Sr. Presidente? Não estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tem a palavra o Deputado Valdir Colatto, para falar a favor.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O requerimento de inversão de pauta é de nossa autoria, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Sim.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, somos favoráveis a esse requerimento para dar encaminhamento e resolver finalmente essa questão da CPI. Acho que está na hora.

Pedimos o apoio de todos para que possamos fazer a inversão de pauta e encerrar esta CPI, algo que já tínhamos que ter feito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para falar contra o requerimento de retirada de pauta, tem a palavra o Deputado Nilto Tatto, por 5 minutos.



O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, eu queria falar que os dois requerimentos tratam da mesma questão.

Então, é bom que fique registrado que é, de novo, uma manobra para excluir esse requerimento da Deputada Erika Kokay. É bom que fique registrado: trata-se de mais uma manobra, como foi a prática permanente nesses 500 dias de CPI. Dessa forma foi tratada desde o primeiro dia a Minoria nesta CPI, e hoje nesta sessão também.

Esse requerimento pede a inversão da pauta para ir direto para a votação dos destaques. Nós vamos votar um relatório que ainda não tem uma versão final. Por que não tem uma versão final?

No dia em que o Deputado Nilson Leitão leu o relatório, no tempo de 20 minutos para apresentar o relatório, considerou, fez uma série de alterações verbais, mas eu duvido que algum Parlamentar aqui consiga lembrar o que ele relatou, o que ele falou, porque não está registrado nem nas atas, não está transscrito.

Deputado Domingos Sávio, as alterações que ele propôs não estão escritas na ata. Então, quando nos pedem para fazer a alteração... E não estão registradas na Secretaria as alterações que ele propôs no relatório!

Portanto, nós estamos votando o relatório, dando continuidade à votação de um relatório que não sabemos nem qual é. Nós não temos uma versão final. Ou a fala do Relator naquela reunião não vale nada? O Relator, inclusive, não está presente à reunião para reafirmar e relembrar o que propôs de alteração.

Eu não sei o que devemos fazer. Vamos ter que procurar nas gravações para poder entender. Essas gravações já estão disponíveis para podermos fazer esse exercício? Eu imagino que a Secretaria já deva ter feito isso, para ver o grau de absurdo com que nós estamos trabalhando nesta CPI.

Quando se propõe fazer uma alteração, não seguir o rito normal de corrigir a ata, inclusive, no início da reunião e já ir para a votação dos destaques do relatório, isso quer dizer o quê?

Nós temos dois destaques. Aprovamos o final do relatório sem saber o que estamos aprovando, sem saber as alterações que foram propostas. Então, não há sentido fazer essa inversão.



Por isso, eu chamo à consciência cada colega Parlamentar que está aqui para seguirmos o rito normal desta reunião, desta CPI, até porque nós precisamos discutir a ata. Já há duas atas cujo conteúdo não verificamos, e nós temos sugestões a fazer ao conteúdo. Há complementações que precisam ser feitas nessas atas.

Eu peço que rejeitem e cumpram o processo normal de qualquer reunião nesta Casa, principalmente o de uma CPI com a importância desta.

Vamos rejeitar esse requerimento do Deputado Colatto e voltar a discutir o requerimento da Deputada Erika Kokay.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Orientação.

Como vota a bancada...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, V.Exa. me permite uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é o artigo?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O artigo a que V.Exa. se referiu, o 159. V.Exa. negou a preferência do relatório que tínhamos apresentado.

Posso fazer a questão de ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com certeza.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu gostaria de usar o tempo regimental de 3 minutos para fazer a questão de ordem.

Sr. Presidente, há 500 dias, disse bem o Deputado Tattó, nós estamos vivenciando um verdadeiro dilacerar de direitos do povo indígena, do povo quilombola, do povo deste País. Estão a dilacerar a nossa brasiliade. Todos os dias se fere e se sangra a nossa brasiliade. Todos os dias se sangra a nossa democracia a partir desta CPI, e se sangra também o Regimento desta Casa, porque ele está sob o arbítrio de quem ocupa a Presidência desta Comissão.

Digo isso, porque nós não temos condições de aqui analisar uma ata, em que deve constar uma série de modificações no relatório, feitas de forma oral pelo Relator na última reunião, quando se discutiu esta matéria, e nós não estamos tendo acesso para discutir a ata, nem para fazer a leitura da ata.

Há pressa em impetrar esse ataque à democracia, à nossa brasiliade. Há pressa em retirar direitos de indígenas. Há pressa em criminalizar pessoas



simplesmente porque exerceram as suas funções precípuas em defesa dos povos deste País e em defesa da Constituição brasileira. Há pressa em criminalizar religiosos, pressa em criminalizar Procuradores da República, pressa em criminalizar lideranças indígenas, pressa em criminalizar, pressa em criminalizar, criminalizar quem está no exercício legal da sua profissão, como, por exemplo, os antropólogos deste País.

Aqui se diz: *“Simplesmente, eu estou eliminando um requerimento e fazendo outro requerimento, utilizando o art. 159, que diz que, quando ocorrer apresentação de mais de um requerimento, a preferência da ordem de apresentação se dará pela importância das matérias a que se reportarem”*.

Eu pergunto: que importância é essa? Importa ir direto a uma discussão e se concluir esse golpe contra a Nação, caracterizando e reafirmando o andar desta CPI, tanto desta quanto da anterior. É um andar de conflito com a própria lei e com a Constituição, de diligências que utilizaram aeronaves emprestadas de empresários que deveriam estar sendo investigados, mas que carregaram pessoas que disputavam terra com os próprios indígenas e que passaram a fazer parte da CPI em uma diligência.

Portanto, a pressa que há aqui é para se perpetrar um crime contra a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A Deputada se esqueceu de referir no...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Responda à questão de ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como? Eu não entendi direito. V.Exa. quer pedir por favor, educadamente, ou não?

A sua questão de ordem está expressa e diz por ordem de apresentação. Se V.Exa. a ler...

Está rejeitada a sua questão de ordem.

Encaminhamento de votação.

Como vota o PMDB?



O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, o PMDB vota “sim” e pede a todos os partidos da base que votem “sim”, para agilizarmos os trabalhos e encerrarmos esta CPI.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O PT...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o Partido dos Trabalhadores?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, ninguém tem direito de falar por outros Líderes. Está no Regimento que os Líderes têm que expressar ou abrir mão de sua condição de orientar ou de qualquer outra condição precípua da própria Liderança.

Mas eu diria, sem nenhuma dúvida, que não é esta Parlamentar que tem pecado pela falta de educação e pela grosseria. Aliás, não se trata apenas da grosseria contra os membros desta Comissão que divergem de quem ocupa a Presidência ou de quem ocupa outras funções nesta CPI, mas da grosseria contra o Estado de Direito; a grosseria contra os povos indígenas; a grosseria contra os antropólogos, que são fundamentais para que nós possamos identificar os territórios indígenas e começar o processo de homologação previsto na Constituição.

Grosseria personificada não se encontra nesta Parlamentar. A grosseria personificada está na forma como esta CPI fez conluio com os empresários; como esta CPI esteve contra os povos indígenas, contra os povos quilombolas; como esta CPI se recusou a analisar todos os requerimentos que pretendiam apurar o trabalho de grileiros e daqueles que se apossaram...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PP?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Todos já votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - “Sim” para todos os partidos da base.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O Partido dos Trabalhadores vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PSB? (Pausa.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O Partido dos Trabalhadores vota “não”.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PDT? (Pausa.)

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON - O PTB encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O PTB encaminha o voto “sim”.

Como vota o PCdoB? (Pausa.)

Como vota o PPS? (Pausa.)

Como vota o PHS? (Pausa.)

Como votam o PV? (Pausa.)

Como vota o PROS? (Pausa.)

Com vota o PEN? (Pausa.)

Como vota o PMB? (Pausa.)

Como vota o PRB? (Pausa.)

Como vota a Minoria?

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Pela Minoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, nós estamos acompanhando com muita tristeza esta CPI, porque ela é uma CPI de cujo relatório, para V.Exa. e para aqueles que nos acompanham terem uma ideia, ainda não foram nem retirados os mortos que foram indiciados.

Esta CPI vai se encerrando numa semana em que mais dez trabalhadores rurais, nove homens e uma mulher, foram brutal e covardemente assassinados pelo Estado onde continuam a chacina e os massacres no campo, a perseguição aos povos indígenas.

Portanto, esta CPI não tem credibilidade nenhuma.

Nós orientamos o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Encerrado o seu tempo.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Peço a palavra para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O PSB quer orientar? (Pausa.)

V.Exa. não é Líder. (Pausa.)

Pode orientar? (Pausa.) Muito bem. Por favor.



A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, o PSB orienta o voto “não” por entender que esta CPI, com 500 dias de trabalho, deixou de lado aqueles que não fazem parte, juntamente com o Presidente da CPI, com a Mesa desta CPI.

Nós, que não tivemos o direito de ver os nossos requerimentos votados pela Mesa desta Comissão nesses 500 dias, não podemos neste momento orientar de forma diferente do que vamos fazer.

O PSB orienta a sua bancada a votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram; os contrários se manifestem. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Por favor, é possível nominar quem votou contra, ou V.Exa. não se dispõe a isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Sem o “ou”, eu sempre registrei o nome de V.Exas. com muito prazer. Não há problema. Eu o farei.

Deputados Erika Kokay, João Daniel, Nilto Tatto, Valmir Assunção e Janete Capiberibe votaram contrariamente ao requerimento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu gostaria de fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é o número do artigo? Qual é a questão de ordem?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Acerca da ata, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é o artigo?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O artigo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Já foi rejeitada a sua questão de ordem.

Está-se na Ordem do Dia. O da ata já foi rejeitado. V.Exa. já fez o requerimento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. pode entender o que está sendo pleiteado, o objeto?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, V.Exa. tem que primeiro citar o artigo e o objeto. V.Exa. não fez questão de procurar no Regimento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O objeto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Ordem do Dia.

A presente reunião se destina à votação de destaques e à apresentação dos relatórios.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Art. 95, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Um momento. (*Pausa.*)

O art. 95 é o geral sobre questão de ordem, não especifica nada. V.Exa. não tem o objeto.

Portanto, segue a Ordem do Dia.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu gostaria de fazer uma questão de ordem, porque foi feita uma questão de ordem na sessão anterior, e V.Exa. disse que iria responder a ela.

Por isso, eu me refiro ao art. 95.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - E eu vou responder na próxima reunião.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa., já que não permitiu a leitura da ata porque não quer que o Brasil saiba o que está acontecendo,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, V.Exa. não tem a palavra.

Eu vou responder à questão de ordem na forma como estabeleci na sessão anterior.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de retirada de proposição da Ordem do Dia, apresentado pelo Deputado Valdir Colatto:

Sr. Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 83, parágrafo único, inciso II, letra "c", a retirada da Ordem do Dia do Relatório nº 1, de 2017, do Deputado Nilson Leitão.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, encaminhamos contra a retirada de pauta.

Pedimos que a base vote contra esse requerimento.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu quero me posicionar a favor da retirada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu penso que é uma desfaçatez muito grande! Acho que Nelson Rodrigues está muito presente nesta reunião, porque ele dizia que o absurdo está perdendo a modéstia. Realmente, o absurdo está perdendo a modéstia.

Nós temos aqui mais uma manobra, e não se busca mais esconder a manobra. Não se busca mais esconder o caráter absolutamente cruel desta CPI de criminalizar todos os Parlamentares... De criminalizar, em verdade, todas as autoridades e aqueles que exercem nas suas funções diárias a defesa dos povos indígenas e da Constituição brasileira. Está cada dia mais desnudo isso. Está cada dia mais claro. Tanto é que alguns deles, apenas capatazes, não têm terra, mas defendem como lumpesinatos do latifúndio, defendem com unhas e dentes aqueles que querem estender as suas cercas para atingir as terras indígenas, atingir a democracia e a nossa brasiliade.

Mas aqui se faz uma “questão de ordem”. E aquele que fez a “questão de ordem” vota contra a “questão de ordem”, ou seja, o Deputado que quer a retirada de pauta da matéria é o Deputado que vota contra a retirada da matéria. É muito cinismo! É muita desfaçatez! É muito absurdo e fascismo, perdendo a modéstia e se desnudando! Não se tem mais respeito por esta Casa.

Aliás, esta CPI nasce desrespeitando esta Casa, quando nasce sem objetivo determinado. Foi a CPI mais judicializada da história desta Casa. Ganham troféus os ruralistas e o seu lumpesinato ou os seus capatazes, os seus capitães do mato. Ganham troféus, porque construíram uma CPI, a mais judicializada da história desta Casa, ferindo todo o arcabouço regimental, ferindo a própria Constituição, utilizando-se de uma grosseria, de ameaças aos povos indígenas, em diligência secretas, quase, porque daqui não se sabia, Deputado João Daniel, por onde iriam as diligências. Elas se estabeleciam, utilizando-se de aeronaves dos latifundiários, que levavam as diligências, a equipe, numa aeronave emprestada, doada para esta diligência pelo latifúndio. Levavam ali pessoas que tinham litígios, que queriam



tomar as terras indígenas, que estavam juntas na CPI, num verdadeiro descalabro, num ódio ao povo indígena, num ódio ao movimento dos sem-terra. E esse ódio ele ganha pernas.

Por isso, nós estamos vivenciando uma escalada de violência no campo. Nós estamos vivenciando um massacre, neste momento, que atingiu dez pessoas. Estamos vivenciando um massacre, e não é o primeiro. Aliás, é este ódio que ganha pernas. É o discurso que faz a ponte entre o pensamento e a ação e se transforma em bala, que mata lideranças indígenas; se transforma em bala, que mata trabalhadores sem-terra; se transforma em bala, que tenta matar a democracia neste País.

Esses ruralistas estão descontentes, penso eu, porque tiraram ou porque perderam no Ministério da Justiça um dos seus representantes, que acha que o povo indígena só pode ter direito de pleitear a terra com o marco temporal.

Os indígenas sofreram o esbulho do latifúndio, o esbulho da negação da nossa própria existência como País, e, em virtude desse esbulho, alguns utilizam do esbulho para impedir que possam ter acesso a terra.

Nós estamos aqui defendendo a retirada de pauta, não a retirada de pauta com essa manobra chula, com essa manobra pequena, medíocre, essa manobra de quem quer continuar golpes e mais golpes e que se alimenta do golpe, dos diversos golpes, inclusive deste de apresentar um requerimento de retirada de pauta e votar contra este requerimento, apenas colocando um requerimento para acelerar o extermínio de indígenas neste País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputada. (Pausa.)

Para orientação, como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, no encaminhamento, o PP, o PMDB e os demais partidos da base votam “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Todos os partidos da base votam “não”.

Como vota o Partido dos Trabalhadores?

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, o PT vota “sim” à retirada de pauta, até porque essa bancada ruralista, que sempre veio atropelando e



tratorando, agora usa todos os mecanismos para agilizar um processo de votação. Eu acho que o melhor seria que nós debatêssemos mais, discutíssemos mais. Por isso, seria necessário nós retirarmos de pauta, até para que V.Exas. possam, quem sabe, ter um pouquinho de consciência do mal que está sendo feito à população brasileira.

Eu estou dizendo isso, porque lá na Bahia, em frente à Assembleia Legislativa, há centenas de índios ocupando o estacionamento. Lá na Bahia, em Paulo Afonso, foi feito um despejo violento nesta semana justamente dos povos indígenas.

Então, Sr. Presidente, para concluir o meu...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Eu não falei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, Deputado, conclua.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Nós votamos “sim”, porque concordamos com a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PSB?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, o PSB vota “sim”, porque não podemos concordar com o houve em relação ao processo de criação. Nove processos para a criação legal de terras indígenas estavam prontos e foram devolvidos à fase de estudos. Entre representantes do agronegócio e o Governo, há uma ação deliberada para tirar os direitos do território dos povos indígenas, dos povos quilombolas e dos assentados da reforma agrária.

Não podemos de forma alguma concordar com a perda de direitos dessas populações que mantêm em equilíbrio o meio ambiente no nosso País, porque não são desmatadas as florestas quando essas populações detêm a sua posse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota, Deputada?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - O PSB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota a Minoria?

(Pausa.)

Como vota o PPS? *(Pausa.)*



O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, a Minoria vota a favor da retirada. Em primeiro lugar, porque o Relator não está presente à reunião, e o Relator, como já foi dito antes aqui, fez uma série de alterações na reunião passada da CPI que não estão registradas lá na Secretaria. Portanto, não sabemos qual relatório vamos votar.

Também já foi dito aqui que, se estamos votando o primeiro relatório apresentado lá na Secretaria da Comissão, nós estamos votando no indiciamento de mortos na lista de indiciados desta CPI.

Então, eu peço consciência aos Parlamentares que estão aqui: vamos adiar esta votação, vamos retirar da pauta, para termos tempo de conversar sobre o relatório, sobre esses indiciamentos, porque é um absurdo votarmos o relatório da forma como foi ele foi apresentado lá na Secretaria da Comissão.

Então, eu peço: vamos adiar esta votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota, Deputado? Como vota a Minoria?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - A Minoria vota “sim”. Eu já tinha falado no início da minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está em votação. (Pausa.)

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram, os contrários queiram se manifestar. (Pausa.)

Rejeitado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Registre os Parlamentares que votaram a favor da democracia e votaram “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Votaram “sim” a Deputada Erika Kokay, o Deputado Nilto Tatto, o Deputado João Daniel, o Deputado Valmir Assunção, o Deputado Patrus Ananias e a Deputada Janete Capiberibe.

Em razão da rejeição, está prejudicado o requerimento de retirada de pauta da Deputada Erika Kokay.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - E estão prejudicados também os dois requerimentos de adiamento de votação porque, se votados...



porque a matéria deve ser votada, não há como adiar, até porque esta não é a matéria principal, é destaque. E para os destaques não há adiamento de votação.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, o Relator não está na Casa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O relatório já foi votado. Nós estamos votando os destaques, e não são da autoria dele.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Mas ele não precisa estar aí na...?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não é necessário, não.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Não? Não precisa?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Ordem do Dia.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Questão de ordem.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Há algum problema com o Relator? Ele é contrário ao relatório?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Há dois Sub-Relatores que o substituem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu não tenho que responder a essas perguntas, Deputado.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Mas eu preciso saber...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Há dois Sub-Relatores.

Ordem do Dia.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é o artigo?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Só para eu entender: eu queria saber...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Primeiro, eu tenho que saber a quem eu atendo.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Antes da questão de ordem, eu quero saber qual relatório nós estamos votando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O relatório já foi votado. E as alterações... Nós estamos votando os destaques. Rejeitados os destaques, não altera nada do que foi votado.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Mas é só uma...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, a questão de ordem é da Deputada Erika Kokay. V.Exa. não tem a questão de ordem.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Veja, eu refiro-me mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é o artigo, qual é o artigo? V.Exa. não vai se referir sem o artigo. Diga-me qual é o objeto. Isso é questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu me refiro mais uma vez ao art. 95. Era o que eu iria dizer se não fosse tão abruptamente, grosseiramente interrompida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O art. 95 é o geral, é para todos. Qual é a argumentação, qual é o objeto?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Exatamente. Deixe-me... Se me permite falar...

Veja, nós estamos aqui votando, decerto, os destaques. Não tenho nenhuma dúvida acerca disso. E temos o direito inclusive de fazer questões de ordem para solicitar o esclarecimento da Presidência.

Nós estamos aqui votando os indiciamentos. Os dois: tanto os encaminhamentos quanto os indiciamentos. São os dois...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é a questão de ordem, Deputada?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - São os dois destaques que estão em curso.

Nós realmente já votamos o relatório. Entretanto, na reunião passada, foi dito pelo Relator da matéria que seria feita uma modificação acerca dos indiciamentos. Nós não tivemos conhecimento disso, nós não tivemos conhecimento do que essas modificações alteram no relatório, para que inclusive possamos nos posicionar acerca do destaque dos indiciamentos. Foi dito pelo Relator, que aqui não está, não está presente.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - As modificações não foram aceitas, Presidente.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Foi dito pelo Relator, foi dito pelo Relator que haveria modificações em matérias atinentes aos destaques ofertados nesta Comissão. São dois destaques: um vencido já... São três, em verdade. Dois destaques. Um diz respeito aos indiciamentos.

Até porque é preciso que nós possamos dar voz ao documento da VI Câmara do Ministério Público. Ali se diz: *CPI contra a Funai, Incra, índios e sem-terra*. Em determinado trecho, diz: *“Atribuiu-se poder de ‘indiciar’ pessoas e dirigiu ataques a procuradores da República, antropólogos, servidores públicos, indígenas, indigenistas”*.

O latifúndio? Ao latifúndio nós nos agachamos e prestamos todas as nossas homenagens. Nós nos rebaixamos, acariciamos o latifúndio, porque...

(*O microfone é desligado.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não é questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É questão de ordem, sim. É questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não é questão de ordem. Está indeferida. Não tem nenhum objeto. V.Exa. está fazendo um discurso genérico.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Claro que tem, claro que tem objeto!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o seu tempo.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nós estamos votando...

(*O microfone é desligado.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o seu tempo.

A presente reunião destina-se à votação dos destaques apresentados ao relatório do Deputado Nilson Leitão.

Destaque nº 2, para votação em separado do item 9, que trata dos indiciamentos e encaminhamento e seus subitens, e suprimir a letra “e”.

Este destaque está em processo de votação em virtude...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, é por isso estou pedindo um esclarecimento aqui.

Dá para ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pois não.



O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Na reunião passada, quando nós estávamos votando os destaques... Por favor Presidente.

A pedido do Bispo D. Roque, quando o Relator anunciou que estava retirando o nome dele da lista de indiciamento, a pedido de D. Roque, eu registrei que D. Roque falou assim: *“Ou saem todos da lista de indiciamento, ou me coloca de volta”*. Ele pediu que o colocassem de volta. E não está registrado na ata. Não está registrado na ata.

Presidente, houve outras alterações sugeridas nesse item do destaque, que tem a ver com o destaque da lista de indiciamentos, que o Relator levantou e falou. Nós não nos lembramos mais. Não está registrado o que ele falou aqui na ata, e não está registrado no relatório.

Então, é isso o que eu quero saber. É um esclarecimento. Como é que se processa isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Esclareço.

O esclarecimento vai acontecer da seguinte maneira: o processo é o relatório. Todas as manifestações do Relator estão registradas em notas taquigráficas. Esse é um documento com publicidade igual a qualquer outro com fé pública. Então, não há o que discutir.

Eu entendo a sua argumentação como forma de obstrução, mas ela é completamente descabida.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Mas o Relator não está aqui...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está rejeitado.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Com relação ao Bispo D. Roque... O Relator, nós não sabemos...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O Relator não aceitou, Presidente, porque ficou condicionado que tirassem todos os outros.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Ah! V.Exa. está falando pelo Relator?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu sou o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pessoal, pessoal!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(O microfone é desligado.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pronto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - V.Exa. é Sub-Relator.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Votação. Processo de votação.

Item 9 do relatório da CPI da FUNAI e do INCRA, que trata dos indiciamentos e encaminhamentos e seus subitens...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Se a senhora tiver um pouquinho de paciência...

Este item foi discutido na última sessão e estava em processo de votação quando se abriu a Ordem do Dia.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Mas não há nada de novo. O destaque foi apresentado pelos senhores! Como vai ter algo novo?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não. A senhora não tem razão no que argumenta.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O destaque...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - V.Exa. não sabe nem o que está votando!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Estamos votando...

Eu li a matéria a ser votada.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, V.Exa. não sabe o que está votando!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - No grito, não.

Para encaminhamento: dois contrários e dois a favor. A palavra está à disposição para encaminhamento. *(Pausa.)*



Com a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Contra o destaque, Sr. Presidente.

Pedimos a toda a base do Governo que, se possível, encaminhe contra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Mas não é encaminhamento. Por enquanto é...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - É encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - É encaminhamento. Depois nós vamos para a orientação.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Contrário. Favorável ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Contrário ao destaque e a favor da matéria.

Deputada Erika Kokay, V.Exa. tem a palavra para fazer o encaminhamento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Veja, nós estamos vivendo o absurdo dos absurdos — o absurdo dos absurdos. Nós estamos votando aqui um relatório, um destaque, e foi dito na última reunião que haveria modificações, mas não sabemos quais são as modificações. Nós não sabemos. E o que temos como resposta, no mínimo de transferência?

Aliás, este Governo não tem transparência, tanto é que está indicando uma pessoa para ocupar o Ministério da Transparência que está envolvida em uma série de operações da própria Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Presidente, ele não foi denunciado pelo Procurador Janot. Não foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor. Eu gostaria que se assegurasse a palavra dos Parlamentares dos dois lados. Por favor.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Gostaria que me repusessem esses minutos que me foram roubados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu lhe dou por tolerância. Pode falar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - ...roubados os minutos, como, aliás, querem roubar as terras indígenas. *“Aqui, não. Esta CPI não se posiciona sobre isso”*.



Veja bem: não existe transparência nesta CPI. Quinhentos dias de funcionamento desta CPI, e nós não sabemos exatamente o que estamos votando, porque o Relator fez uma série de modificações verbais, e não temos acesso ao texto. E o que diz o Presidente desta CPI? V.Exa. *"Procurem as notas taquigráficas"*. É um desrespeito.

Se a maioria desta CPI acha que pode votar alguma coisa que não sabe exatamente o que é, nós achamos que não. Nós achamos que temos que votar e discutir o que é mínimo, que temos que assegurar o acesso ao relatório depois das modificações feitas de forma verbal. Alguns acham, como sabujos que são do latifúndio, como sabujos que são da lógica fascista, como sabujos que são dos golpes. E golpes vão se reproduzindo. São golpes eternos. Esta CPI vivenciou todos os dias o seu golpe, o golpe contra o próprio Regimento da Casa, o golpe contra a democracia, o golpe contra a Constituição. Pelo menos três grandes operações foram feitas — indiciaram, fizeram prisões temporárias, conduções coercitivas — envolvendo latifundiários. E esta CPI não apenas se negou a discutir essas operações, como também excluiu de todo o processo de construção do relatório qualquer menção aos envolvidos nessas operações.

Esta CPI não analisou os requerimentos que nós apresentamos porque teve poder discricionário. Ela já começou sabendo aonde ia chegar, sem nenhum interesse em investigar. As diligências foram feitas para intimidar os povos indígenas, as reuniões foram feitas para acossar antropólogos, religiosos, procuradores, lideranças indígenas. Foi isso o que esta CPI vivenciou, nesse desfile de crueldades, nesse desfile de golpes que a caracterizaram durante todo o período de sua existência.

É por isso que a 6ª Câmara do Ministério Público faz uma manifestação que tem como título *CPI contra a Funai, Incra, Índios e sem-terra*, nada mais emblemático, nada mais representativo desses dias de horror para a nossa democracia, desses dias de horror para a pluralidade do Poder Legislativo, desses dias de horror para se cumprir a Constituição brasileira, portanto, dias de expressão de brutalidade, de grosseria daqueles que não querem escutar o contraponto, porque não querem investigar. Criaram esta CPI para alimentar a malfadada PEC



215, criaram esta CPI para utilizá-la como tribuna de ódio, tribuna de ódio que se expressa nos tantos assassinatos que nós estamos vivenciando.

Por isso, esses indiciamentos são inadmissíveis na democracia, são indiciamentos inadmissíveis na lógica republicana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o seu tempo, Deputada.

Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, primeiro, com relação à fala que fizeram aqui, sobre o ex-Ministro Osmar Serraglio, nada tem... É uma pessoa de bem. Foi citado, nada mais que isso. Não há indiciamento, não há nada. Lula já tem dez indiciamentos e processos correndo contra ele. Então, Osmar Serraglio é um cara limpo. Não têm que ficar falando o nome dele aqui.

A mesma coisa, Sr. Presidente, é o absurdo que eu vejo, o atropelo que foi feito no Governo Lula e no Governo Dilma, quando usaram três Ministérios, usaram quatro ou cinco estatais, usaram o Ministério Público, usaram as próprias entidades, como as dos antropólogos, para atropelar pequenos produtores — não são latifundiários, não —, milhares do Rio Grande do Sul. No seu Estado, Deputado Domingos Sávio, há pessoas que estão lá desde 1600 e alguma coisa. Atropelam e interpretam como querem, desrespeitam a Constituição Federal. Portanto, não fomos nós que desrespeitamos.

O que nós estamos votando aqui é o relatório do Deputado Nilson Leitão, os destaques contra o relatório. O relatório já foi lido, o relatório não foi modificado, o relatório foi publicado. É bem clara esta situação. Nós estamos votando um destaque ao relatório do Deputado Nilson Leitão. É bom que se esclareça essa questão. O relatório é o relatório que ele apresentou e que nós já votamos e aprovamos. Não houve modificação no relatório do Deputado Nilson Leitão.

A nossa posição é contra os destaques da Deputada, apresentados pela bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A favor do texto, contra o destaque.



A palavra está à disposição das bancadas de Oposição que queiram fazer a sua argumentação, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, já estamos chegando à reta final do processo de discussão deste destaque, que não é só do PT. Os partidos de Oposição assinaram este destaque.

Quero dizer que o destaque é ao relatório, que o relatório não é do Relator. O relatório, por incrível que pareça, é do Presidente desta Comissão, que é o Deputado Alceu. Ele é o responsável pelo relatório, ele disse para o Relator e para os Sub-Relatores o que deveria ser incluído no texto. Ele não aceitou nenhuma negociação durante todo esse período de 530 dias — não foram 500 dias. Quinhentos dias é um processo normal de CPI.

Mas o Presidente desta Casa, o Deputado Rodrigo Maia, que tinha assumido um compromisso com os seus pares, de que, monocraticamente, não ia prorrogar nenhuma CPI, prorrogou monocraticamente esta CPI, porque está de olho nos votos da bancada ruralista, para ser Presidente da República, porque ele quer dar um golpe em Michel Temer, quer tirar Michel Temer para ser o Presidente do Brasil, em uma eleição indireta. E o povo brasileiro quer eleições diretas. Essa é a grande verdade.

Rodrigo Maia, para agradar a bancada ruralista, aceitou isto, fazer monocraticamente, com a pressão do Presidente desta Comissão, que ficou muito irritado quando não conseguiu concluir a votação 15 dias atrás. Ligou não sei para quem, muito irritado, dando ordens. Eu espero que não tenha sido para o Presidente desta Casa. Esses são fatos reais que quero colocar para todos.

Este relatório é um absurdo, até porque são 16 Procuradores, também o Desembargador Gercino; por outro lado, a ex-Presidente do INCRA, o ex-Ministro da Justiça. Se isso não bastasse, há dois mortos nesse relatório. Pediram o indiciamento até de mortos, tanta é a raiva, tanto é o ódio que a bancada ruralista tem dos indígenas, dos trabalhadores rurais, dos sem-terra, dos quilombolas deste País. Essa é a verdade.

Mas nós somos a favor, Sr. Presidente, de aprovar por unanimidade a retirada do relatório do pedido de indiciamento de todos esses que estão citados. Sabe por



quê, Sr. Presidente? Dou o exemplo de D. Roque, que tomou a atitude correta, seria: ou se tiram todos, ou o nome dele simplesmente ele não aceita.

Então, eu peço a todos os Deputados que retiremos todos os nomes. Isso significa aprovar este destaque, que será importante para minimizar o impacto desta CPI no Brasil, para minimizar o impacto desta CPI na cabeça, na consciência das organizações populares que existem no Brasil.

Nós estamos vivendo um momento muito delicado. Em Mato Grosso foram assassinadas dezenas de sem-terra. Agora, no Pará, mais dez sem-terra foram assassinados. E o que me assusta mais é que há Deputado aqui que vai ao Pará para dizer que está defendendo a polícia, mas está defendendo o assassinato dos sem-terra no Brasil todo. Depois do golpe, os latifundiários, a bancada do agronegócio, a bancada ruralista se sentiram livres para fazerem o que quiserem, ao arreio da lei. Essa é a grande verdade.

Eu quero pedir a todos os Deputados que aprovem este requerimento, para podermos minimizar o impacto que vai ter, sem dúvida alguma, esse relatório na nossa sociedade.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Só quero orientar. Já lhe darei o espaço de Líder, com prazer.

Nós vamos agora para o processo de orientação. Antes, porém, vamos ouvir, no espaço de Líder, a Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Trata-se de um DVS. Portanto, quem votar “sim” aprova a matéria destacada. O Governo, que vota “sim”, aprova a matéria destacada. A Oposição vota “não”. Quem votar “não” rejeita a matéria destacada deste relatório. Ficaria alterado o relatório.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O Governo vota “sim” à matéria destacada, vota “sim” ao relatório. O Governo vota “sim” ao texto. A orientação é essa.

A palavra está à disposição da bancada do Partido dos Trabalhadores, para manifestação de Liderança.



O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, nós vamos dividir o tempo com a Deputada Erika.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e demais que nos acompanham neste triste final de CPI, uma CPI que tem como único objetivo continuar a história dos 517 anos do Brasil, da marca do latifúndio, da marca dos donos da terra, da marca do acobertamento da violência sobre as populações rurais, sobre os posseiros, sobre os índios e sobre todos aqueles que lutam para ter um pedaço de chão para viver com dignidade, talvez nós estejamos vivendo o período mais violento dos últimos 30 anos, 40 anos da história do Brasil.

Houve um aumento sem proporção do preconceito, do ódio, da violência no campo, da violência contra os povos indígenas. Aldeias são atacadas, aldeias são despejadas. E esta CPI vem contribuir, vem ajudar a fortalecer aqueles que querem manter sem demarcação as terras indígenas e, o que é pior, rever as demarcações que já foram feitas.

É vergonhoso saber que nós estamos vivendo um triste retrocesso. O que nos anima e nos dá força é saber que ao menos os povos do campo e da cidade têm feito uma reação — com a força das mobilizações — contrária a este golpe em curso na sociedade brasileira, iniciado após a eleição da Presidenta Dilma, em 2014, quando os poderosos, sob a liderança de Aécio Neves, fizeram a sua declaração de que não aceitariam a democracia, de que não aceitariam o Governo da Presidenta Dilma.

Foi feito ali o juramento de continuar os massacres e de inviabilizar o período de avanços históricos que o nosso País vivia, ao longo dos 8 anos do Governo do Presidente Lula e dos 4 anos do Governo da Presidenta Dilma. O desemprego saiu de 4% em 2014 para 12% hoje. Nós estamos vendo a concentração da riqueza, nós estamos vendo a concentração da terra e nós estamos vendo o sangue derramado. Nós estamos vendo uma bancada ruralista que consegue, neste momento, diante de toda essa situação, perseguir os povos indígenas, usar aviões de latifundiários e de empresas suspeitas para fazer diligências e perseguir os povos originários e aqueles que lutam no campo.

É uma vergonha o que o Congresso Nacional, através desta CPI, tem feito durante 500 dias. Ao contrário daquilo que poderia esperar o povo brasileiro, de que



se avançasse numa legislação em busca da democracia da terra, em busca da distribuição de terra, em busca de melhores condições de vida para os povos do campo e da cidade, em busca da demarcação das terras indígenas, do reconhecimento das comunidades quilombolas, das desapropriações de terra para reforma agrária, ao contrário, esta CPI e a bancada vêm, através dos vários espaços, tentar inclusive desconhecer e anular decretos que foram feitos pela nossa ex-Presidenta Dilma. É vergonhoso.

Eu tenho certeza absoluta de que a força das ruas no dia 24 e a força das ruas no último domingo, no Rio de Janeiro, não deixarão que se retroceda.

Eu passo o tempo da Liderança do nosso partido à nossa querida companheira Erika.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O Partido dos Trabalhadores apresentou um voto em separado. Nesse voto em separado nós estamos listando todos os requerimentos que apresentamos a esta CPI e que foram solenemente ignorados, como foram ignorados inclusive, nos indiciamentos, os alvos da Operação Terra Prometida, que teve diversos mandados de prisão preventiva — 52 mandados —, 146 mandados de busca e apreensão e outras medidas. Isso não constou da discussão desta CPI, porque envolvia latifundiários, como também não constou a Operação Rios Voadores. A Operação Rios Voadores teve 24 mandados de prisão preventiva, dentre outros mandados de condução coercitiva, de busca e apreensão. Também não foi considerada.

Não foi considerada a investigação que se desenvolveu sobre o Leilão da Resistência, em que se buscava angariar recursos financeiros para a contratação de milícias armadas para protegerem as fazendas, cujo direito de uso pertence originalmente aos povos indígenas.

Diz com muita propriedade a 6ª Câmara do Ministério Público que esta CPI se negou a investigar o que deveria investigar e se deteve em construir um panfleto para criminalizar todos aqueles que, no exercício da sua profissão, como os antropólogos, fazem jus a sua própria formação profissional e buscam identificar os territórios indígenas.

Esse processo de indiciamento que foi sugerido aqui penaliza e se dirige a todos os que lutam pela Constituição brasileira. Esta CPI esqueceu inclusive que,



desde janeiro de 1967, como diz a 6ª Câmara do Ministério Público, constitucionalmente, terras indígenas são terras da União. Elas não podem sofrer a proteção que se quer estabelecer aqui, daqueles que invadiram as terras indígenas, porque essas terras são da União, e a União pode desconstituir a posse ou o domínio, porque as terras lhe pertencem. Terras indígenas não são do povo indígena.

Lembro-me bem do que disse um indígena, um cacique: que eles estão tomando emprestado essas terras para guardá-las e protegê-las para as gerações que ainda vão vir. Nós vimos que as terras que estão sob o domínio do latifúndio estão degradadas.

Neste momento político, quanto nós temos um Presidente da República que tenta defender o indefensável, quando nós temos um Ministro da Justiça que foi sacado da condição de Ministro da Justiça, quando nós estamos vendo um processo de loteamento dos mais profundos para se ganhar os votos necessários para a manutenção de um Presidente nitidamente corrupto — nitidamente corrupto —, flagrado nessa corrupção com farto material comprobatório, quando este Presidente joga sobre a mesa o Estado e vai negociando o Estado para adquirir uma maioria contra o povo brasileiro e em defesa da corrupção, neste momento, esta CPI reafirma para o que veio, ela reafirma o seu objetivo original.

Nós estamos aqui com um relatório que protege latifundiários corruptos, que protege latifundiários criminosos e penaliza indígenas porque são indígenas, e penaliza quilombolas porque são quilombolas, e penaliza religiosos porque têm compromisso com os povos indígenas.

Portanto, esta CPI não tem como não marcar a história desta Casa como a construção de um palanque em defesa do latifúndio, contra os povos indígenas, contra servidores públicos e contra...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o seu tempo, Deputada.

A palavra está à disposição do Deputado Nilto Tatto, para a manifestação da Minoria.



O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, queria começar a fala da Minoria com alguns números do relatório da Comissão Pastoral da Terra.

Em 2016, foram 61 assassinatos — um aumento de 22% em relação ao ano anterior; 74 tentativas de assassinato — aumento de 25%; ameaças de morte, 200 — 39% de aumento; agredidos, 571 — aumento de 206% em relação ao ano passado; presos, 228 — aumento de 185% em relação ao ano anterior.

O que está acontecendo aqui nesta CPI, articulada pela bancada ruralista com outras ações aqui no Congresso Nacional e no Poder Executivo? Por exemplo, o projeto de lei do próprio Deputado Relator desta CPI que quer a volta da escravidão no campo. Foi criada inclusive Comissão Especial nesta Casa. Para V.Exas. terem uma ideia, esse projeto de lei, que é a modernização da relação trabalho/capital no campo, segundo o próprio autor do projeto, quer que se volte a pagar em espécie pelos dias trabalhados.

É como se pudesse, na negociação entre o trabalhador e o patrão, o patrão falar assim: *“Olha, eu vou te dar moradia, eu vou te dar comida”*. E o empregado vai poder dizer *“não”*. Essa é a relação. Ou o patrão chega para o trabalhador e diz: *“Eu vou precisar que você trabalhe durante 18 dias, sem descanso”*. aí o trabalhador vai ter a opção de dizer: *“Não, patrão, não quero trabalhar. Quero descansar pelo menos 1 dia por semana”*. Ou o patrão fala assim: *“Você tem a opção de vender as férias. Você quer que eu compre suas férias?”*. Aí o trabalhador vai ter a opção de dizer: *“Não, eu não quero. Quero descansar durante os 30 dias das minhas férias”*.

Outro projeto dessa base que aqui tem maioria, também de autoria de Deputado desta Comissão, que quer votá-lo de qualquer jeito amanhã, acaba com o licenciamento ambiental, acaba com a legislação ambiental, para facilitar a entrada do agronegócio e dos projetos de agropecuária em Unidades de Conservação, terras indígenas, territórios quilombolas, APP e assim por diante. Querem, na verdade, acabar inclusive com o próprio Código Florestal, que já foi votado de acordo com a vontade deles.

Outra coisa que votaram aqui foi a própria Medida Provisória 759. Eles não têm vergonha na cara para aprovar um projeto, que veio do próprio Executivo, que legaliza terras griladas no País inteiro, terras de até 2.600 hectares, porque é isso o que eles querem.



É importante entender que o aumento da violência, que os assassinatos no campo têm a ver com aquilo que está acontecendo nesta CPI, tanto é que, nesta CPI, estão pedindo o indiciamento de quase cem pessoas. Quem são essas cem pessoas das quais eles estão pedindo o indiciamento? São técnicos, trabalhadores do INCRA e da FUNAI que, no exercício da sua atividade, dentro do marco da Constituição, da legislação, fazem o seu trabalho, obedecem à Constituição.

Aí, de repente, Deputados desta Comissão acham que têm que pedir o indiciamento para intimidar, para fazer com que trabalhadores da estrutura do Estado não executem a sua atividade, porque, senão, correm o risco de serem indiciados. Não é que eles vão ser processados, que eles vão ser criminalizados lá na frente, porque isso não vai dar em nada, mas que vão encher o saco deles durante muito tempo, e eles terão que ir atrás de advogado. Agora, como eles têm o Executivo, eles não vão dar apoio jurídico a esses técnicos. O Presidente desta Comissão, com certeza, vai falar para o Ministro, que é pau-mandado dele: “*Não dê assistência a esses técnicos*”.

Eles estão pedindo indiciamento de antropólogos! O Relator é do mesmo partido do Presidente Fernando Henrique Cardoso. D. Ruth foi uma das batalhadoras que trabalharam para que avançasse a legislação de direitos dos quilombolas e dos indígenas, assim como o próprio Presidente Fernando Henrique. Aí o Presidente Fernando Henrique faz pressão dentro do PSDB, provavelmente diretamente ao Relator, e fala assim: “*Você vai indicar os antropólogos que estavam exercendo a sua atividade, o seu trabalho, antropólogos que estão ligados a universidades, que fazem um trabalho científico, do lado antropológico?*”

Mas eu entendo o Relator. Ele é Presidente da Frente da Agropecuária. Portanto, ele não tem autonomia. Ele até tentou negociar a retirada de alguns indiciados do relatório, como, por exemplo, o Bispo D. Roque, que é o Presidente do CIMI. O Relator tentou fazer isso, por pressão inclusive do Presidente Fernando Henrique, mas ele tem que obedecer ao Presidente. E o Relator não teve coragem. O próprio Presidente do CIMI falou assim: “*Ou tira todos, ou me coloca de volta*”. Mas nós estamos votando um relatório que não sabemos... O Relator ainda está em dúvida sobre se coloca de volta o bispo ou não. Ele chegou agora à reunião e não pediu autorização ao Presidente para terminar o relatório.



O Relator pede o indiciamento de lideranças indígenas, pelo fato de as lideranças indígenas estarem organizando a população para lutar por terra. Porque os líderes indígenas não podem lutar pelo seu direito, pelo seu território. O Relator entende que os indígenas não têm direito à terra. O Relator não entende isso. Ele acha que os índios têm que virar mão de obra de fazendeiros. É essa a visão predominante de uma elite, daquela mais atrasada que existe no setor da agropecuária, em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul. Eles acham que os povos indígenas têm que virar mão de obra de fazendeiros. É assim lá em Mato Grosso do Sul com os caiovás. É essa a visão. Não conseguem entender que os povos indígenas são povos diferentes e precisam do seu território.

Então, o Relator não teve coragem nem de fazer mudanças lá no relatório final, aquilo que ele anunciou na reunião passada. Nós estamos votando aqui o fim da FUNAI. Eu imagino que nós estamos votando o fim da FUNAI. Por quê? Por que eles querem um órgão que seja subordinado ao governo de plantão. Vocês imaginam a FUNAI subordinada ao Presidente Michel Temer, que está sendo manietado pela bancada ruralista a votar um conjunto de medidas aqui, a acabar com a legislação ambiental, a acabar com a legislação indígena, a acabar com a legislação de quilombolas?

Eles querem acabar com o Decreto 4.887, da demarcação dos territórios quilombolas. Eles querem transformar as Unidades de Conservação, as terras indígenas, os territórios quilombolas em fazenda para produzir soja, cana, eucalipto, milho, para atender ao agronegócio e acabar com a diversidade cultural, a diversidade étnica, que é a grande riqueza deste País.

Então, Relator, nós queremos saber: qual relatório nós estamos votando? Até agora V.Exa. não teve coragem de colocar no papel as mudanças que V.Exa. propôs na reunião passada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para orientar, como vota o PMDB?

Os que votam a favor do relatório votam “sim”.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O PMDB vota favoravelmente ao relatório e contrário ao destaque, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota a bancada do Partido dos Trabalhadores? (Pausa.)

Como vota o PP?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O PP vota “sim”, Sr. Presidente, e pedimos que a base também permaneça com o “sim”.

“Sim” ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota a bancada do Partido dos Trabalhadores?

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, nós somos favoráveis a esse destaque, porque ele está tentando melhorar um pouco esse relatório — um relatório que pede o indiciamento de mortos, um relatório que não teve a capacidade e a preocupação de expressar o sentimento, a vontade e a expectativa da sociedade, um relatório que tenta criminalizar e perseguir um dos lados.

Sr. Presidente, queria pedir aos Deputados que nós votássemos a favor desse destaque, para melhorarmos um pouco esse relatório, que foi dirigido e feito por S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o seu tempo, Deputado.

Como vota o PSDB?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, o PSDB tem absoluta clareza de que o relatório apresentado propõe o aprimoramento da FUNAI. O relatório apresentado fez uma análise de todo o processo, e, portanto, nós vamos votar a favor do relatório, vamos votar “sim”.

Ficamos surpresos quando o PT fez um discurso que inclusive fala de ódio, um discurso com ódio, agredindo e querendo dizer que a CPI está criminalizando alguém. Quem se criminalizou foi quem cometeu o crime, e, na medida em que há provas, indícios e comprovação de crime, essas pessoas têm que responder à Justiça.

A nossa posição é que todos, quem quer que sejam, indiferentemente de religião — e olhem que eu sou católico e tenho clareza da importância das religiões —, se cometeram crimes, devem responder pelos seus crimes.



Portanto, essa coisa agora de fazer uma CPI e depois retirar tudo e não indiciar ninguém é um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está concluído o seu tempo, Deputado.

Como vota o PSDB?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Nós votamos a favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A favor.

Como vota o PSB?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, o PSB vota a favor do destaque e contra o relatório porque não podemos concordar com os pedidos de indiciamento de mais de 100 pessoas, entre elas 31 indígenas, 5 indigenistas, 21 antropólogos, 14 religiosos católicos, 3 professores universitários, 3 agricultores assentados, 25 servidores e ex-servidores públicos e, ainda, 16 procuradores federais da República e 3 advogados da União — incluindo até 2 antropólogos falecidos!

Entre as diversas proposições apresentadas, está a extinção da FUNAI e a mudança do rito da demarcação das terras indígenas e quilombolas no nosso País, favorecendo o interesse do latifúndio e dos grileiros, em detrimento de direitos ancestrais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o seu tempo.

Como vota a Minoria?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A Minoria, exatamente porque os indiciamentos não indiciam quem cometeu o crime, mas indiciam quem estava no estrito exercício do cumprimento da Constituição e das suas atividades laborais; exatamente porque os indiciamentos não indiciam quem cometeu o crime, mas indiciam quem não cometeu crime; exatamente porque os indiciamentos não indiciam aqueles que foram objetos de três grandes operações, de que a CPI passa ao largo porque envolvem latifundiários; exatamente por tudo isso, acha que tem razão o Deputado que orientou recentemente o seu voto quando diz: *“Sim, você tem que penalizar quem cometeu o crime”*. Concordamos com isso, mas estes não estão entre os indiciados. *“Você tem que inocentar quem não cometeu crime.”*



Concordamos com isso, mas foram indiciados inocentes: antropólogos, religiosos, procuradores.

Por isso, nós votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Em votação.

Os Deputados favoráveis à aprovação da matéria destacada permaneçam como se encontram, e os contrários se manifestem.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está rejeitado o destaque e está aprovado o texto.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Verificação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Aprovada a matéria destacada.

Verificação concedida.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O PT muda para “obstrução”. A Minoria muda para “obstrução”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está aberta a votação nominal.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O PT muda para “obstrução”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O PT muda para “obstrução”.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A Minoria muda para “obstrução”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, eu gostaria que organizassem o painel.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Verificação conjunta aqui também.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu tenho o cuidado de pedir por favor, e a senhora, não.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Respeite os servidores desta Casa! Respeite os servidores desta Casa!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, a senhora é a pessoa menos apropriada para dar conselho para qualquer pessoa. Sua história não recomenda que a ouçam.

Por favor, abram o processo de votação nominal! Está aberto?

Está sendo votado.

(Pausa prolongada.)

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, eu quero fazer o registro do meu voto como “obstrução”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Sim.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - O senhor pode colocar no painel, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tem a palavra o Deputado Nilson Leitão, durante o período de votação, para se manifestar como Líder.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero salientar que esta CPI foi extremamente debatida por muito tempo. E, mais do que ter sido debatida, teve espaço suficiente para todas as indagações e informações.

O que me assusta, primeiro, é esse medo que sentem os Deputados que nos agredem e que não têm outra palavra para nos dizer — porque é só agredir o que eles sabem fazer. Eles têm medo de os nomes serem encaminhados para investigação.

Esta CPI não tem prerrogativa para indiciar ninguém. O indiciamento não tem nenhum poder jurídico. O poder vai através dos nomes que chegam à Polícia Federal, ao Ministério Público, à AGU e à PGR, para que esses órgãos verifiquem se houve, de fato, crime nas ações em caso de demarcações de área. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto: que moral tem o Partido dos Trabalhadores para falar em demarcação? Foram os que menos demarcaram na história. Não se preocuparam com o índio. Foi deles o período em que mais aumentou o número de mortes de índios no Brasil, em 168%. De cada 100 índios mortos, são crianças de 1 a 5 anos 40%. Não cuidaram da população indígena. Abandonaram-na. Usaram-na como



escada para subir em palanques eleitorais, falando de minorias, achando-se proprietários dessa minoria.

Depois da votação do relatório, eu recebi aqui pelo menos 15 ou 20 caciques de etnias diferentes. Vou reunir-me com mais de 150 nos próximos dias.

Eles me falaram: *"Eles nos usam. Nós queremos ter relacionamento direto com a FUNAI. Não queremos ONGs aqui no meio para serem a nossa voz, nós sabemos falar. Muitos de nós temos formação. Muitos de nós somos quem cuida das nossas vidas, porque a saúde não chega lá, a educação não chega lá. Destruíram a FUNAI! Destruíram a FUNAI!"*

Quem destruiu a FUNAI foi o Governo que acabou de sofrer *impeachment*. Não foi outro Governo, não! A FUNAI foi desaparelhada, desestruturada. As demarcações em que houve conflito estão todas judicializadas. Se eram perfeitas, por que estão judicializadas? Se eram perfeitas, por que não se conseguiu concluir nenhuma? Por quê?

Vocês falam muito, e fazem nada por essas minorias, pioraram a vida deles — e muito. Vocês têm que parar de ser indigenistas de apartamento e têm que conhecer a realidade deles lá, em que a índia grávida tem que ser socorrida pela comunidade ou pela Prefeitura. Onde estavam todos, com tantos milhões de reais que foram movimentados para cuidar do coitado do índio e da coitada da índia? Eles são vítimas! São vítimas de uma ideologia que vocês, que não cuidam verdadeiramente deles, usam apenas como escudo.

Eu desafio vocês: quero que estejam nessa reunião que terei com mais de 150 caciques. Abram o peito e façam o debate. Perguntem a eles se, de fato, vocês defendem esse setor.

Nós, diferentemente de vocês, temos propostas. A proposta que nós vamos apresentar é justamente a que tem a saúde dentro na FUNAI, a que tem a educação dentro da FUNAI. Não será da forma picotada como vocês fizeram, em que colocaram a saúde indígena com 2 bilhões de reais no Orçamento e não cuidaram do índio.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - É muita demagogia!



O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Acalmem-se. Acalmem-se. Vocês são mal-educados. Vocês não são proprietários desse tema. Acalmem-se. Vocês tiveram 13 anos de oportunidade para melhorarem a vida do índio e não melhoraram. Não gritem. Acalmem-se. Acalmem-se, respirem fundo, porque o máximo que vai acontecer é aqueles que devem algo de fato serem indiciados e aqueles que não devem algo não serem. Se qualquer cidadão brasileiro teve seu nome citado numa diligência, é obrigado a ser investigado — vocês, eu, qualquer cidadão brasileiro.

O problema de vocês é que agem assim em todos os setores.

Mas a minha fala aqui não é para vocês. A minha fala é para a população brasileira que está nos ouvindo ou nos assistindo agora. É para perceber que, depois desta CPI, muitos índios já nos procuraram. Eu até me assustei, pois achava que não era tão grande assim o abandono que eles sofriam. Eu achava que era menor. E vocês terão essa prova.

Muita gente aqui adotou ou tentou se apossar desse tema, mas não cumpriu o seu papel. Vocês falharam com esse setor, vocês falharam. Tratem de mudar seu comportamento e, de fato, compreendam como vivem esses povos lá na sua realidade, na vida real, não do jeito que vocês pregam aqui todo dia. Há uma diferença enorme em relação àqueles que precisam de fato do Estado brasileiro, mas que o Estado abandonou à sua própria sorte. Muitos dos que dizem que recebem milhões de reais, inclusive recursos estrangeiros, mantêm-se profissionalmente com isso e não terminam o trabalho que deveriam fazer.

Infelizmente, esse dinheiro não chegou à população indígena. Essa população se perdeu. Essa população teve necessidade, e esse dinheiro se perdeu no meio do caminho. Isso tudo vai vir às claras quando essa fumaça ideológica sair desse meio. Vai ser discutida, de fato, a vida real dessa população.

Por que tanta terra para assentamento e tanto assentado fora? Por que tanta terra demarcada para índio e tanto índio precisando de terra? Qual foi a falha do Governo brasileiro nos últimos anos? Por que houve essa falha? Por que agora vocês idolatram e elogiam D. Ruth Cardoso, a quem sempre elogiei? Por que antes vocês não faziam isso? Vocês criticaram tanto o Governo Fernando Henrique e a D. Ruth Cardoso! Por que agora ela virou heroína de vocês? Não, ela é a nossa



heroína. Ela fez um trabalho para o Brasil. Ela é a nossa D. Ruth Cardoso, não a de vocês. (*Manifestação no plenário.*)

Eu não criminalizo associação nenhuma. Eu criminalizo as pessoas que cometem crimes nas demarcações de terras. Alguns antropólogos cometem, sim. Alguns professores cometem, sim. Muitos políticos cometem, sim. E muitas pessoas cometem, sim.

Por isto é que os índios estão à sua própria sorte: vocês não cuidaram deles. Não pensem que vocês fizeram algo bom para eles. Vocês fizeram um mal danado!

Esta CPI vem mostrar a verdade. No final das contas, vai estar bem claro para a sociedade brasileira o mal que vocês fizeram ao País, não só nesse setor, mas em todos os setores em que trataram de forma ideológica o que não precisava ser tratado assim. Vocês dividiram a população, vocês criaram “nós” e “eles”. Vocês dividiram o povo. Agora, sim, teremos um novo momento. (*Manifestação no plenário.*)

Isso não me atinge.

Quem comete crime tem que responder. Nós não defendemos aqueles que cometem crimes, como vocês defendem.

Por isso, o Brasil vai ser melhorado a partir do momento em que vocês não voltarem ao comando, porque este País não merece vocês.

O SR. PRESIDENTE (Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Valdir Colatto.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu gostaria de me inscrever também. V.Exa. está me inscrevendo? Eu gostaria de me inscrever, Sr. Presidente.

Respeito o Deputado Colatto, mas, sem prejuízo algum a sua fala, gostaria só de me inscrever.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Pode falar pela décima vez que eu aguardo.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor permite que eu fale antes do senhor?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Depois de mim, claro. Depois de mim.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim.



O SR. PRESIDENTE (Alceu Moreira) - Procedo às inscrições, mas durante o período de votação. Não haverá nenhuma fala depois do processo de votação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, quanto tempo? Gostaria apenas de saber quanto tempo V.Exa. vai conceder a cada Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Alceu Moreira) - Três minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Três minutos? Está ótimo.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu ouvi aqui o Deputado Nilson Leitão, Relator da CPI da questão indígena, e me aprofundei nesse processo.

Realmente, Deputado Nilson Leitão, V.Exa. foi exato nas suas colocações e só se esqueceu de uma coisa: o nosso pedido de quebra de sigilo bancário de várias ONGs.

A não abertura dessas contas foi caninamente defendida pela Oposição, que se colocou contra a busca da verdade. Não sei por que, mas conseguimos apenas uma quebra de sigilo bancário, a da CTI. Apareceram milhões na conta, milhões. O ISA, por exemplo, trabalhou muito no Supremo para conseguir — não sei se conseguiu — um mandado de segurança, um *habeas corpus* para não se quebrar seu sigilo bancário, assim como a WWF e o CIMI.

Eu queria exatamente ver como é que ficam o CIMI, criado lá no meu Chapecó, pelo Bispo Dom José, que criou o MST, e todas essas questões do MST que não foram levantadas porque não deu tempo.

Eu tentei fazer, lá em Abelardo Luz, mostrando os problemas de desvio de recursos, um frigorífico, que foi construído e que estava sem uso lá, porque não tinha peixe. Construíram o frigorífico, mas ele não tinha peixe para industrializar. Está lá. Gastaram milhões. Está fechado, quebrado. Sumiram os equipamentos. Pela construção de uma escola, de uma extensão, um *campus* do nosso Instituto Técnico, lá no interior de Abelardo Luz — são mais de 35 quilômetros de estrada de chão —, onde, pasme, Sr. Presidente, há 21 alunos para 25 professores. Estão lá. Nós temos esses dados. Não deu tempo de fazermos esse relatório, mas vai aparecer, com certeza, esse desmando, essa loucura que foi cometida pelo MST.

Eu nunca vi um agricultor invadir terra. “Ah, mas morreram os invasores e tal, não sei o quê”. Mas o agricultor está lá trabalhando, produzindo.



Hoje, nós temos 88 milhões de hectares, Sr. Presidente, de assentamentos da reforma agrária, 112 ou 113 milhões de hectares de áreas indígenas, 14% de terras indígenas — a EMBRAPA levantou e mostrou esta semana —, e 0,4% da população...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Acabou o seu tempo, Deputado, infelizmente.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Então, não podem ficar falando que falta terra. Falta, sim, cuidado e cidadania para o indígena. Isso é o que nós precisamos dar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, Deputado.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nunca se sugeriu aqui quebrar sigilo da WWF. Nunca se sugeriu aqui.

Aliás, quando o Supremo Tribunal Federal impediu, anulou a decisão de quebra de sigilo, foi por um posicionamento muito claro: não se quebra sigilo sem que se tenha indícios de cometimento de crimes que precisam ser investigados a partir das quebras de sigilo. E não há indícios, não há. Não há indícios de que o CIMI é uma entidade criminosa, não há indícios de que entidades como o ISA e a ABA são entidades criminosas.

Está muito claro que a quebra de sigilo vinha na mesma perspectiva de um relatório que é uma peça que atenta contra a democracia e que atenta contra os princípios desta Casa. Esse relatório vai marcar a história desta Casa, vai marcar a história desta Casa, de como se constrói uma CPI como um instrumento, como um panfleto — esse relatório é um panfleto — de perseguição de todas e todos que defendem os interesses indígenas.

E não me venham dizer que se defendem interesses indígenas, quando se acha que política indigenista não passa por homologação de terras, mas passa pela concessão de cestas básicas. As cestas básicas de hoje, nesta pós-modernidade, correspondem aos espelhos, às bugigangas dos colonizadores. O sentimento é o mesmo: colonização. *“Desprezemos os indígenas. Alimentemos esse etnocídio que*



está em curso neste País, esse epistemicídio que está em curso neste País. Destruamos a FUNAI.

Vejam: quem pode dizer que defende a FUNAI, quando, num primeiro momento, o relatório propôs a extinção da FUNAI? Este Governo pode dizer que defende a FUNAI? O próprio Presidente da FUNAI se retira do cargo porque diz que o seu partido queria indicar 26 pessoas sem capacidade técnica nessa sesmaria, nessa capitania hereditária pós-moderna, onde vai se loteando o Estado. E quanto mais débil e fragilizado é o Presidente — porque é um Presidente indefensável inclusive pela base governista, nos seus atos absolutamente corruptos — mais ele tenta barganhar e comprar os votos necessários para reformas contra o povo brasileiro, entregando o Estado.

Então, não me venham com cinismo! Não pensem que o povo brasileiro não tem inteligência, que esta Casa não tem inteligência para entender que esse relatório é um panfleto contra o povo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Acabou o tempo, Deputada.

Com a palavra o Deputado Mauro Pereira.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, Deputado Alceu Moreira, nosso Relator, Deputado Nilson Leitão, colegas Deputados e Deputadas, na verdade, o que nós estamos fazendo aqui no dia de hoje é prestar mais um serviço ao nosso País.

O Brasil está sendo passado a limpo. E é lógico que esta CPI vai servir como um norte, para que a Justiça realmente possa fazer com que aquilo que está correto permaneça e aquilo que está errado, aquilo que foi feito errado saia. Esses que praticaram abusos e desvios de recursos irão pagar.

Eu votei favoravelmente ao relatório principal do Deputado Nilson Leitão, primeiro, porque conheço o trabalho dele e não tenho dúvida nenhuma de que S.Exa. é uma pessoa que fala com propriedade e com conhecimento, e, segundo, porque conheço muito bem a maneira como a Oposição trabalha. A Oposição é contra tudo e contra todos e vive da demagogia. É lógico que, com essa demagogia, chega um certo momento em que a máscara vai caindo. É isso o que está acontecendo aqui no dia de hoje.



Nós vamos aprovar esse relatório e, com certeza, vamos prestar um grande serviço aos membros da Justiça, da Procuradoria-Geral da República, do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Contas da União. Todos os órgãos vão ter toda uma estrutura com esse trabalho que foi feito nesses últimos 500 dias.

Então, eu quero dizer que, para mim, foi muito importante participar desta CPI. Nós estamos trabalhando, sim, pelo bem do nosso País. Inclusive, existe um projeto relevante sobre licenciamento ambiental para votarmos amanhã na Comissão de Finanças e Tributação, sobre o marco regulatório do meio ambiente, que dará segurança jurídica a todos aqueles que encaminharem o seu licenciamento ambiental no Brasil — não importa a cidade, não importa o Estado que for.

Esse é o nosso trabalho, essa a nossa proposta. E é para isso que nós estamos aqui.

Parabéns a todos os membros desta CPI!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra, por 3 minutos, a Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados e esta CPI têm a obrigação de fazer um desagravo à Dra. Flávia Cristina, que é antropóloga e foi citada nominalmente pelo requerimento de criação da CPI - FUNAI e INCRA 1. A ela é imputada a prática de atos delituosos, como fraude na elaboração do laudo antropológico que fundamentou a declaração de tradicionalidade da ocupação guarani na Terra Indígena Mato Preto. Ela foi inclusive atacada em sua privacidade, foi desrespeita de forma misógina pela Mesa desta CPI.

Há outra questão. A autoindicação do antropólogo Edward Luz — tendo, no mesmo dia, endossada a proposta por V.Exa. — por um Parlamentar do DEM de Roraima, para integrar o grupo que redigiu o relatório final que estamos apreciando revela a ideologização desse trabalho da CPI. Esse senhor foi expulso da Associação Brasileira de Antropologia — ABA pela ausência de metodologia científica nos estudos, o que, por certo, vem a calhar aos propósitos desta CPI.

Foram bem-vindas por V.Exa. e o Relator todas as proposições concordantes com a ideologia de V.Exas. e dos Sub-Relatores, e foram rejeitadas todas as que



pudessem questionar a ideologia dominante da Mesa Diretora. Nenhum dos requerimentos que eu apresentei a esta CPI, por exemplo, para que fossem ouvidos grileiros de terras públicas no meu Estado do Amapá, nem sequer foram pautados para apreciação.

Todos os movimentos da CPI e do atual Governo — como a demissão do Presidente da FUNAI, que se opôs ao loteamento do órgão, e a manifestação do Ministro Osmar Serraglio ao dizer que os gamelas não são índios — vão no sentido de acabar com a FUNAI e com a política indigenista. Eles atacam a diversidade étnica de formação do nosso País, impondo uma cultura e um modelo de economia hegemônico, embasado a partir do agronegócio: agricultura, pecuária, mineração, madeireira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está concluído o seu tempo, Deputada.

Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, nós ouvimos o pessoal falar muito nos latifundiários, nos fazendeiros. Mas vejam o caso que aconteceu na Bahia: assentados da reforma agrária foram expulsos das suas terras.

Há uns 3 anos, ainda quando Michel Temer era Vice-Presidente, o próprio líder do movimento esteve conosco — os Deputados Valdir Colatto, Nilson Leitão e Marcos Montes estavam presentes — e disse: *“Estou sendo ameaçado de morte. Mataram o líder do Movimento Sem Terra”*.

Deputado Domingos Sávio, um tal de cacique Babau, um bandido, um criminoso, com processos contra ele, é o líder do movimento indigenista. Ele foi contra o próprio pai. Esse é o tipo de gente que nós estamos vendo.

Houve o caso do Maranhão. Eu estive lá, com o Deputado Weverton Rocha, pedindo para o juiz federal que estava julgando o caso dele. E ele obrigou que o MDA e o INCRA, naquele momento, dessem guarida para os pequenos produtores. Lá, mais de 2 mil famílias estão jogadas ao tempo. Já havia uma grande reserva indígena e tiraram essas famílias para juntá-la a uma reserva ambiental. Tiraram pequenos produtores rurais no Maranhão.



No Estado de V.Exa., Deputado Nilson Leitão, eu vi o caso do Suiá-Missu. A área média era de 200 hectares. Liquidaram com uma cidade, com a indústria de arroz. Havia ali mais de 300 casas, que foram liquidadas. As pessoas, que vivem hoje como miseráveis, eram prósperos produtores.

O Governador da época ofereceu outra área, inclusive maior, para que deixassem por lá essas famílias. Era uma cidade com 7 igrejas, 12 escolas. Liquidaram escolas, igrejas, residências, comércio, indústria — tudo funcionando. Era uma pequena comunidade no distrito de Alto Boa Vista. E esse povo fez isso contra essas famílias.

Hoje há 30 e poucas famílias no Suiá-Missu — 30 e poucas famílias! Detonaram 3 mil, 4 mil pessoas. Isso é um absurdo! A tal da Força Nacional, Sr. Deputado Eduardo Bolsonaro, foi lá, para tirar produtores indefesos de suas propriedades e colocar o que em cima? E a Igreja estava junto. O Bispo da região fez esse encaminhamento.

Portanto, esse é um processo que ocorre no Brasil inteiro, e acontecem esses absurdos. Eu ouvi falar aqui de Mato Preto. Em Mato Preto, são 365 famílias de pequenos agricultores. São 11 hectares ou 12 hectares para colocar o quê? Para colocar 27 famílias de índios.

Houve laudos antropológicos fraudulentos. Isso acontece no Brasil. Podemos citar aqui até amanhã de manhã os abusos que fizeram no Governo Lula e também no Governo da Presidente Dilma Rousseff. Nós estamos querendo acabar com isso, desmascarar essas coisas. Não há santos dentro do processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está concluído o tempo de V.Exa., Sr. Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Nilson Leitão. (Pausa.)

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Encerre a votação!

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Não, eu quero falar ainda!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, a sessão não será encerrada.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Encerre a votação. Não precisa encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu gostaria que V.Exas. respeitassem o orador que está fazendo uso da palavra e que ouviu com atenção a todos quando se manifestaram.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu gostaria de pedir, primeiro, para que recompusessem o meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, recomponha o tempo do Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, primeiro, eu quero reiterar o nosso compromisso com a verdade e com a justiça para todos.

Quando se iniciou esta CPI, eu não tive dúvida de que o objetivo seria o de fazer a investigação de denúncias graves; de verificar se havia denúncias de fraude em demarcação, se havia prejuízo para indígenas e para produtores e trabalhadores rurais, se havia pessoas se locupletando, roubando dinheiro público sob o pretexto de que seria para ajudar indígenas, fazendo-o através de organizações não governamentais, as ONGs. É preciso investigar isso. Por isso, instalou-se a CPI.

Pensei que haveria de prevalecer o bom senso de todos se unirem para que nós pudéssemos investigar, punir os criminosos e corrigir aquilo que precisa ser corrigido. No entanto, nós assistimos até o último minuto a um debate, tentando-se levá-lo a um campo ideológico-partidário, primeiro, como se não houvesse absolutamente nenhuma ilegalidade, como se a situação da FUNAI e os conflitos não existissem, como se não houvesse nem o que investigar, e não houvesse pessoas que tivessem cometido crimes.

O relatório, após um amplo trabalho — foram meses de trabalho —, comprovou que havia, sim, ilícitos. E eu vou dar um exemplo, pelo menos que eu testemunhei e trouxe a esta Casa, antes mesmo de se instalar esta CPI, de Minas Gerais, onde até nem há tantos conflitos. Essa foi uma das primeiras fronteiras agrícolas do País. Ali já se instalaram a atividade agropecuária e as cidades há mais de 500 anos, bem no início do descobrimento do Brasil. E obviamente nós



queremos, sim, que se respeitem indígenas e quilombolas, mas eles também têm que respeitar o trabalhador, o produtor rural.

Uma das cidades mais antigas de Minas Gerais, Pitangui, chamada de Sétima Vila do Ouro, acabou se desmembrando e dando origem à cidade de Pompéu, onde morava Joaquina do Pompéu, matriarca da família, uma grande mulher, e ali se deu a colonização daquelas áreas, que já estão legitimadas há mais de 3 séculos, escrituradas.

Recentemente, vai até lá um antropólogo, faz um laudo fraudulento e estabelece um conflito para lesar mais de cem pequenos produtores ou sitiantes, dizendo que a terra pertencia a uma tribo cujo nome eles inventaram, que nem existiu na história do Brasil. E é isso que não querem que se investigue.

Sr. Presidente, concluo dizendo: ainda bem que investigamos. Vamos aprimorar a FUNAI, respeitar o direito dos índios, mas vamos parar de estimular invasão, vamos respeitar também o direito de propriedade, vamos cuidar dos índios com respeito e não com demagogia, sem fazer uso partidário. Foi isso o que me fez entrar para esta CPI e foi por isso que votei a favor do relatório, para que se possa levar ao Ministério Público aqueles que se envolveram com crimes e puni-los. Espero ainda que se possa, efetivamente, aprimorar a FUNAI e dar a todos os índios e aos seus descendentes tratamento respeitoso, mas para isso não é preciso invadir propriedade de ninguém.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o seu tempo, Deputado.

Com a palavra o Deputado Nilson Leitão. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, eu só queria que registrasse na ata que meu voto é contra o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O período de votação já passou, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCON - Mas estou registrando só para que conste. Eu falei na sessão passada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Nilson Leitão. (*Pausa.*)



O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, V.Exa. não está seguindo a ordem das inscrições?

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Leia a ordem, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O Deputado Nilson Leitão está com a palavra, pela ordem de inscrição. O Deputado Nilson Leitão estava inscrito antes, mas cedeu a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O Deputado Marcon já votou, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fica muito claro no Brasil hoje quando as pessoas de bom senso resolvem debater um tema também com bom senso.

O Brasil tem praticamente 900 mil indígenas. Quase a metade disso ou um pouco mais não vive no seu habitat natural; outra grande parte sobrevive quase que somente do Bolsa Família — são centenas de milhares para manter o índio alimentado.

Quando comparamos a realidade do dia a dia desse índio, a precariedade em que ele vive, com milhões de reais gastos em transporte — pelo menos o que é publicado no Orçamento e registrado em notas fiscais que chegam à Secretaria Especial de Saúde Indígena —; quando nós comparamos os bilhões de reais que entram em ONGs que se apresentam no Brasil como se fossem cuidar do ser humano indígena; quando percebemos o aumento da mortalidade infantil, a quantidade de doenças que se abatem sobre esses índios; quando verificamos os números de que a morte do índio no Brasil aumentou em quase 170%, e que, em seu percentual mais alto, praticamente 99%, a causa não foi conflito e homicídio, e que muitos homicídios foram por conflitos entre eles, e não entre o branco e o índio; percebe-se uma maldade enorme em querer que a política indigenista continue como está.

A impressão que dá de quem vem com esse discurso demagógico é de que quer manter o índio como ele está hoje, como se fosse um quadro na parede. Não, ele é um ser humano, ele sente, ele chora, ele tem necessidades.



Eu vejo alguns Deputados e Deputadas defendendo o índio e a índia, mas na verdade não os defendem; defendem os recursos que são disponibilizados para serem gastos em nome deles, mas que não chegam até eles.

Esta CPI vai desmascarar muita gente. Esta CPI vai mostrar a realidade de que o índio não precisa desse intermediário. Ele tem condições de dialogar com o Governo. Ele tem condições de fazer pedidos de acordo com suas necessidades, suas demandas. Mas hoje eles estão escondidos; atrapalham-no de chegar até aqui.

Esse índio vai ter voz, porque nós deste Congresso Nacional vamos dar voz ao índio. Ele vai ter condições de responder por ele mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está concluído o seu tempo.

Tem a palavra o Deputado João Daniel, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, aqui foi citado — inclusive com muito orgulho — D. José Gomes da Silva, que ajudou a fundar o CIMI, ajudou a fundar o MST. Ele representa o que há de mais digno, de mais justo, como um grande profeta, que deu a vida pela luta das causas dos povos dos índios, dos sem-terra, dos posseiros.

Esta CPI tem lado. Esta CPI queria investigar nada! O que ela quer é criminalizar padres, missionários, bispos, procuradores federais. Mas eu digo que eu fiquei muito feliz ao ver o Procurador da 6ª Câmara dizer claramente, em nota pública: *“Se acharam que eram 12 ou 14 procuradores federais que militavam em defesa da Constituição e dos índios, eles encontrarão agora centenas de procuradores, inclusive eu”*. O Dr. Luciano Mariz Maia faz defesa da Constituição, faz defesa da justiça, faz defesa dos povos indígenas com muita coerência e com muita honradez.

O que a CPI, o Relator e o Presidente querem dos povos indígenas é receber os índios aqui em Brasília, como receberam a última manifestação, à base de gás, de bomba, de polícia, de massacre. É assim que vocês querem! Vocês querem os índios trabalhando por diária, alugados, humilhando-se na beira das estradas, para usar as terras dos povos indígenas, as terras boas dos povos indígenas, para mandar soja, para mandar carne, para mandar produtos para o exterior, porque o que interessa para o agronegócio é vender, não pagar imposto, sonegar imposto,



para continuar a exploração desses que são os donos verdadeiros das terras do Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, é vergonhoso vermos uma CPI se encerrar numa semana de massacre contra os povos no campo. E esta CPI não investigou nada sobre a violência, só investigou um lado: o lado daqueles que defendem a luta por justiça, a distribuição da terra, e a demarcação dos povos indígenas.

É lamentável ver a que ela se prestou: gastar dinheiro, usar avião de empresa suspeita e não aprovar sequer um requerimento dos vários partidos que defendem os índios, em especial da nossa bancada aqui do Partido dos Trabalhadores. Não aprovaram um requerimento, não aprovaram audiências.

Vocês não têm coragem de ouvir. Vocês não têm coragem de ouvir os índios. É lamentável!

Esse é o nosso repúdio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o seu tempo, Deputado.

Com a palavra o Deputado Patrus Ananias, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, eu quero fazer aqui uma ponderação e convidá-los a uma reflexão.

Nós vivemos um momento político muito delicado na história do nosso País, nós vivemos um contexto de crise: crise política, crise econômica, crise social, crise que se reflete também no campo ético, moral, dos valores. É uma crise das instituições.

A própria democracia no Brasil está perigosamente em risco, em função deste momento que estamos vivendo, de intolerância, de sectarismo, de indisposição, e não de predisposição para o diálogo, para a construção de consensos.

Eu quero ponderar aqui, Sr. Presidente, aos Parlamentares que compõem esta Comissão que até o fato de nós termos parado ali no 15º, há mais de 1 hora, é um sinal. Os próprios integrantes desta Comissão estão, consciente ou inconscientemente, percebendo a gravidade do momento que nós estamos vivendo.

E esta CPI, pelos seus conteúdos, pela sua história, pelos conflitos que gerou, põe lenha na fogueira neste momento que estamos vivendo.



É isso que nós queremos? Aprofundar essa crise? Radicalizar os procedimentos? Afastar cada vez mais as pessoas razoáveis, as pessoas sensatas, que querem dialogar e construir um país justo, mais democrático, onde as diferenças possam se manifestar?

Então, quero externar aqui, Sr. Presidente, colegas Deputados, esse sentimento. Nós estamos vivendo aqui uma marcha da insensatez. Esta CPI não contribui em nada para criarmos entre nós um clima aqui na Câmara, no Congresso Nacional, para criarmos entre nós um clima de diálogo, de boa vontade.

Eu não vou entrar aqui no mérito da CPI. Colegas aqui já falaram, já ponderaram sobre isso. Eu quero apenas lembrar que essa questão dos indiciamentos, por exemplo, foi feita sem maiores critérios. Está entre os indiciados o Dr. Gercino José da Silva Filho, Desembargador, que foi o grande responsável pelo fim do crime organizado no Estado do Acre. Ele é um patrimônio ético do País e está aqui relacionado. Dezenas de pessoas foram indiciadas. Eu vou me ater a esse aspecto.

Concluindo, eu peço aos companheiros e companheiras Parlamentares que reflitam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está encerrado o seu tempo, Deputado.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Esta CPI — concluindo, Sr. Presidente — põe lenha na fogueira da crise que estamos vivendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado João Rodrigues. Logo depois falará o Deputado Valmir Assunção, que foi ao plenário e voltou.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, depois de muitos anos — pelo menos, eu posso falar pelo Estado de Santa Catarina —, observa-se que o pequeno produtor rural ou o pequeno, médio e grande agricultor, ao longo dos tempos, tem sido massacrado por um movimento orquestrado em que é usado como escudo o indígena, muitas vezes pela sua falta de informação, pelo seu desconhecimento, mas que, por detrás, tem algumas ONGs alimentadas pelo dinheiro público.



Algumas aldeias criadas no nosso Estado causaram prejuízos enormes à sociedade catarinense, como, por exemplo, no caso da duplicação da BR-101, de que, há mais de 10 anos, aguarda-se a conclusão de um trecho, em decorrência da criação de uma área indígena por indígenas paraguaios. O fundador da aldeia já deu um depoimento dizendo que ali não havia aldeia nenhuma. Mas a FUNAI nunca tomou uma providência sequer, nunca olhou o outro lado.

Então, esta é uma CPI que, pela primeira vez, olha para os dois lados, mas olha principalmente para quem nunca foi visto.

Com relação aos indiciamentos apontados aqui por esta Comissão, não há por que se preocupar. Todos aqueles que estão sendo indiciados terão direito, obviamente, de se defender. Talvez, quem sabe, muitos não devam nada e não terão problema algum. Agora, não se pode, como sugere o bispo, ou tirar todos ou incluir ele. Isto aqui não é programa de rádio em que se pede música. Não é assim que isso aqui funciona: *“Ou me coloca ou meu tira!”* Não tem nada, não! Deixe todo mundo. Apurem-se os fatos. Aos devedores, que paguem suas contas. Mas, pela primeira vez, o produtor rural está tendo vez e voz.

É óbvio que aqui ninguém está defendendo a destruição das áreas indígenas e dos indígenas. Pelo contrário, preserve-se a história, respeite-se o indígena, mas, acima de tudo, vamos parar com o desmonte do setor produtivo pelo nosso País afora.

Então, quero aqui cumprimentar todos os colegas e acabar com esse discurso daqueles que comandaram o País por muitos anos e nunca sequer olharam para os dois lados com igualdade.

Então, Sr. Presidente, é esta a minha manifestação. E digo aqui, para encerrar: pela primeira vez, o nosso produtor rural, independentemente de tamanho, está tendo vez e voz. E aqui não há nenhum desrespeito e nenhuma agressão aos bons indígenas. O que há aqui, obviamente, é o indiciamento daqueles que têm as suas contas a acertar com a Justiça.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está encerrada a votação.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, V.Exa. não iria me conceder a palavra. Para que encerrar agora?



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Encerrada a votação.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Para que encerrar agora, Sr. Presidente?

(Não identificado) - V.Exa. não estava pedindo? Ele está obedecendo a V.Exa.! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Encerrada a votação.

Quero proclamar o resultado, por favor: votos “sim”, 16; votos “não”, 0.

Está rejeitado o destaque.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, V.Exa. vai me conceder a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está mantido o relatório original e rejeitado o destaque.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - V.Exa. vai me conceder os 3 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Vai haver outro processo de votação. Vamos lá!

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, os 3 minutos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não será concedida a palavra no período de votação.

Vamos para o próximo destaque, meu amigo.

Item 2. Destaque nº 10, de votação em separado do item 10 do relatório da CPI - FUNAI e INCRA 2, que trata das proposições legislativas e seus subitens, objeto do Destaque nº 3, do Partido dos Trabalhadores.

Passo a ler o destaque:

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 161, § 1º, inciso II, combinado com o art. 117, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para votação em separado do item 10 do relatório da CPI - FUNAI e INCRA 2, que trata da proposição legislativa e dos subitens, para suprimir.

A palavra está à disposição por 5 minutos, para encaminhamento. *(Pausa.)*



Não havendo quem queira encaminhar... (Risos.)

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está ligado o som por 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Eu quero encaminhar contrariamente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Falarão os Deputados Patrus e Janete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, tem a palavra o Deputado Patrus Ananias.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Por questão de cavalheirismo, Sr. Presidente, a Deputada Janete Capiberibe fala em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, Deputado, é V.Exa. que tem essa oportunidade.

Deputada Janete Capiberibe, por favor, V.Exa. tem 5 minutos. (Pausa.)

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, deixamos aqui o nosso registro, na votação deste último destaque, do tratamento por vezes desrespeitoso por parte dessa Presidência aos colegas Parlamentares cujos pensamentos são divergentes dos de V.Exa., em especial a nós, as Parlamentares mulheres.

Também lamento e repudio a maneira desrespeitosa e agressiva como foram tratados os representantes dos povos indígenas pela Presidência desta Comissão e pela Presidência da Casa: como se não fossem cidadãs e cidadãos brasileiros. Eles foram impedidos de adentrar esta Casa e acompanhar o debate desta CPI, contrária aos indígenas, aos quilombolas, aos assentados da reforma agrária.

Depois, nenhuma audiência pública foi realizada durante os 120 dias em que a CPI desenvolveu o seu trabalho. Isso na CPI 1, porque houve a CPI 2 e, se não me engano, há intenção de se criar a CPI 3.

A Dra. Flávia Cristina deve receber o desagravo por parte da Câmara dos Deputados e desta CPI. A antropóloga é citada nominalmente pelo requerimento de criação da CPI - FUNAI e INCRA 1 e a ela é imputada a prática de atos delituosos, como a fraude na elaboração do laudo antropológico que fundamentou a declaração



de tradicionalidade da ocupação guarani na Terra Indígena Mato Preto. Ela foi inclusive atacada em sua privacidade, de forma misógina.

A autoindicação do antropólogo Edward Luz — tendo, no mesmo dia, endossada a proposta por V.Exa. — por um Parlamentar do DEM de Roraima, para integrar o grupo que redigiu o relatório final que estamos apreciando, revela a ideologização desse trabalho da CPI. Esse senhor foi expulso da Associação Brasileira de Antropologia pela ausência de metodologia científica nos estudos, o que, por certo, vem a calhar aos propósitos desta CPI.

Foram bem-vindas todas as proposições concordantes com a ideologia de V.Exa., Sr. Presidente, do Relator e dos Sub-Relatores. Foram rejeitadas todas as que pudessem questionar a ideologia dominante da Mesa Diretora.

Nenhum dos requerimentos que apresentei a esta CPI, por exemplo, para que fossem ouvidos grileiros de terras públicas no meu Estado, o Amapá, nem sequer foram pautados para votação.

Todos os movimentos da CPI e do atual Governo, como, por exemplo, a demissão do Presidente da FUNAI, que se opôs ao loteamento do órgão, e a manifestação do Ministro Osmar Serraglio, ao dizer que os gamelas não são indígenas, vão no sentido de acabar com a FUNAI e com a política indigenista. Eles atacam a diversidade étnica da formação do nosso País, impondo uma cultura e um modelo de economia hegemônico embasado a partir do agronegócio, na agricultura, na pecuária, na mineração, na exploração madeireira, desrespeitando a diversidade cultural e econômica do País, para auferir lucros, exportando e extinguindo as riquezas naturais.

Esta CPI tem objetivos não declarados, Sr. Presidente, de criar um estoque de terras para especular no mercado internacional. A concorrência no mercado internacional provocará aumento no preço das terras, inviabilizando a aquisição por produtores locais, especialmente os pequenos e médios produtores, impedindo que cresçam e até expulsando-os da atividade, como nós estamos vendo acontecer, que é o interesse desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como V.Exa. vota, Deputada?



A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Fomentar um discurso de ódio na opinião pública para reforçar os argumentos equivocados de que indígenas, comunidades quilombolas e assentados para a reforma...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está encerrado o seu tempo, Deputada.

Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, em nome da família Mascosque, que se suicidou no Mato Preto; em nome do pai do Denis Golin, que também morreu lá no Passo Grande do Forquilha, nós votamos “não” ao destaque e “sim” ao texto do Deputado Nilson Leitão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Patrus Ananias, para encaminhamento.

Por favor, Deputado. São 5 minutos para encaminhar.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Pois não, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, deixamos claro que o nosso voto é “sim” ao destaque. Não tenham nenhuma dúvida com relação a isso.

Eu fiz algumas ponderações sobre o momento atual e sobre as características desta CPI e como ela pode contribuir para agravar o quadro que estamos vivendo. Como as minhas ponderações não foram consideradas, eu vou levantar aqui alguns pontos que mostram como esta CPI é, de fato, contrária aos interesses maiores do conjunto da Pátria brasileira.

Está muito claro que esta CPI, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não visa efetivamente apurar eventuais irregularidades no INCRA e na FUNAI. Ela visa criar um clima de temor através de indiciamentos feitos sem nenhum critério.

Se fôssemos para discutir, as pessoas que deveriam estar sendo julgadas hoje no Brasil são aquelas que estão promovendo as mortes no campo, são as responsáveis pelas 10 mortes no Pará recentemente e pelos 11 mortos em Mato Grosso, são as responsáveis pelos massacres a que estamos assistindo no Brasil a cada dia. Houve mais de 60 mortos no ano passado. E os que estão sendo mortos não são os donos das terras, não são os grandes fazendeiros e latifundiários, não. Os que estão sendo mortos são trabalhadoras e trabalhadores rurais, agricultoras e



agricultores familiares, posseiros e indígenas. São esses que estão sendo mortos. E os responsáveis por essa violência é que deveriam estar aqui sendo indiciados, e não antropólogos, pensadores, militantes sociais, pessoas que lutam pelos seus direitos.

Na verdade, é importante que o Brasil saiba que esta CPI foi constituída, primeiro, para acabar com esse negócio de demarcação de terra indígena. Não só para pôr um ponto final nisso, mas para iniciar um retrocesso, para que as terras indígenas sejam postas no mercado, sejam postas a serviço dos interesses econômicos.

Esta é uma CPI para acabar com a demarcação das terras indígenas e acabar com a demarcação de territórios quilombolas, esse mínimo que nós estamos pagando aos nossos antepassados escravos. Querem acabar com os territórios quilombolas, assim como querem acabar também com todas as terras reservadas às comunidades e populações tradicionais.

Mais do que isso, esta CPI é perversa porque ela está contra a agricultura familiar, ela está a serviço do que há de pior no agronegócio. Dói o meu coração ver, aqui neste plenário, homens que seu sei de diálogo estarem a serviço desse agronegócio, a serviço da morte e da violência.

Esta é uma CPI contra a agricultura familiar, especialmente a agricultura familiar que aponta para o futuro, na perspectiva da agroecologia, da produção de alimentos saudáveis e do cooperativismo.

Esta é uma CPI para pôr fim a qualquer debate relacionado com a reforma agrária, na perspectiva de colocarmos em prática o princípio constitucional da função social da terra, da função social da propriedade e das riquezas.

Esta é uma CPI a serviço de interesses particulares, de interesses privados.

Esta é uma CPI para manter no Brasil o domínio do latifúndio, da propriedade sem nenhum compromisso com o bem comum e com o interesse público.

É por essas e outras, Sr. Presidente, que esta CPI não contribui para desarmar os espíritos neste momento histórico que estamos vivendo. É uma CPI que aponta claramente contra os interesses dos pobres, dos indígenas, da agricultura familiar, dos quilombolas, das comunidades e populações tradicionais. É uma CPI para manter o Brasil no século XIX, no Estatuto da Terra, com um direito de



propriedade que não tem nenhum compromisso com o direito à vida, com a dignidade humana e com o bem comum.

E fica o....

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o seu tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, nós vamos libertar os indígenas das ONGs e daqueles que têm outros interesses que não sejam indígenas.

Por isso, votamos “não” ao destaque e “sim” ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para orientar, como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O PMDB vota “não” ao destaque e “sim” ao texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o Partido dos Trabalhadores?

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, quero aqui reafirmar uma questão muito importante.

O que vocês querem com esta CPI é revogar as áreas em que foram demarcadas terras indígenas. O que vocês querem com esta CPI é revogar as áreas que foram reconhecidas como áreas quilombolas. O que vocês querem com esta CPI é acabar com a FUNAI, acabar com a proposta de reforma agrária, porque isso foi construído pelo Presidente Lula e pela Presidente Dilma.

Eu digo isso porque, no relatório do Deputado Nilson Leitão, está escrito “acabar com a FUNAI”. Essa é a proposta dele.

Portanto, todo o povo sabe que fazendeiro já cometeu crime contra indígena, contra sem-terra, contra quilombola. Isso não está no relatório! Por que vocês não botaram isso no relatório?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o seu tempo, Deputado.

Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.



O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Deixe-me orientar o voto, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - É “sim” ou “não”?

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Não é “sim” ou “não”. Eu quero...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A bancada do Partido dos Trabalhadores já argumentou.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. teve 1 minuto como todo mundo.

Por favor, Deputado Luis Carlos Heinze...

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, V.Exa. não vota por mim, não.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, votamos “sim”, em nome do PP...

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Eu preciso orientar o voto!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Então, diga qual é o voto: “sim” ou “não”.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sou a favor do destaque, Sr. Presidente. A bancada do PT é a favor do destaque...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está bem. Está orientado.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Todos da base votam “sim”.

Como vota o PSB?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, o PSB vota “sim” ao destaque e “não” ao texto, pelo motivo que passo a expor.



Em 2010, o Censo do IBGE constatou que houve crescimento da população indígena no Brasil. Isso ocorreu devido ao avanço que houve na demarcação das terras indígenas.

Dentre os objetivos não declarados desta CPI está o de criar um estoque de terras para especulação no mercado internacional. E, atendido esse pressuposto que a CPI defende, fica inviabilizada a ocupação das terras indígenas pelos próprios índios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota Minoria?

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Estamos em processo de votação. Nós votamos a quebra de interstício posterior.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, quero orientar pela Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Oriente pela Minoria, por favor.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, o que nós percebemos nesse processo da conclusão da CPI é um sentimento de vingança de um governo que está caindo pela corrupção, um governo cuja base aliada já começa a abandonar. E esta CPI, aproveitando esse momento de derrocada, apresenta um relatório que vai contramão do Estado Democrático de Direito.

Esse relatório, pela correlação de forças, deverá ser votado. Mas avalio, pelo sentimento do Ministério Público Federal e da própria Justiça, que esta Casa o aprovará e será derrotada pelo Poder Judiciário.

Aí fica o questionamento do Deputado Patrus Ananias: cadê o bom senso? Que se apure agora, de forma açodada e vingativa, não contribui com a votação.

Voto com a emenda, o texto aditivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Estamos em processo de votação.

Os Deputados que concordam com o texto votam “sim”.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, há um requerimento que foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Os Deputados que votam a favor do destaque votam “não”.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não cabe pedido de interstício no período do processo de votação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente! Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está em votação.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. Os Deputados que discordam se manifestem. (Pausa.)

Aprovado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. pode nominar quem votou a favor do povo?

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Aprovado o texto. Aprovado na forma do texto.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor pode nominar quem votou a favor da democracia e do povo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Contra os votos do Partido dos Trabalhadores: Deputado Patrus Ananias, Deputada Erika Kokay, Deputado João Daniel, Deputado Paulão, Deputado Nilto Tatto, Deputada Janete Capiberibe, Deputado Valmir Assunção e Deputado Marcon.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, então, foi rejeitado o destaque. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Rejeitado o destaque.

Está aprovado o texto do relatório.

Vamos à leitura da ata.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Aprovado o relatório como apresentado, com mortos e com extinção da FUNAI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Aprovado o relatório.

Foi feito um grande trabalho, um trabalho sério do nosso Relator, que estará à disposição da sociedade como instrumento de defesa cívica da população brasileira.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Como é que os mortos vão se defender, Sr. Presidente?



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Gostaria de solicitar a quebra de interstício para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Quero registrar o voto contrário do Deputado Moisés Diniz.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, gostaria de solicitar a quebra de interstício para a próxima votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não há votação. A outra votação é a da ata.

V.Exa. quer fazer votação nominal? (*Riso.*) Não cabe votação nominal da ata, Deputada. V.Exa. perdeu tempo.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Acabaram as votações.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, quero votar a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não existe votação da redação final. A redação final foi votada.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Informo aos Srs. Parlamentares que foram distribuídas cópias das Atas nºs 7, 8, 9 e 10. Sendo assim, indago se há necessidade da leitura das atas.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Peço dispensa da leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Dispensada a leitura.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, quero me assegurar. Quero que seja lida a ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Já foi vencida a votação e dispensada a leitura.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, peço a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. quer a leitura da ata?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Quero a leitura e discussão da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - De qual das reuniões, Deputada?

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - De todas. (*Risos.*)



O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Deputada Erika, não há mais sentido agora. Não há mais sentido até em se discutir a ata, pelo absurdo que está lá. Inclusive, o Presidente não deixou que fossem colocadas na ata as alterações que o Relator fez.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, retiro o pedido de leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu lhe agradeço, Deputada.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Deixa quieto! Deixa terminar do jeito como está, porque está muito feito para ele o que foi aprovado. Então, deixa quieto!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está dispensada a leitura da ata, por solicitação de Deputado.

Indago se algum membro deseja retificar a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira retificar a ata, coloco-a em votação.

Aqueles que concordam com a ata, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, nós votamos contra a ata. Nós votamos contra a ata. Nós votamos contra a ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Registrem-se os votos contrários à ata dos seguintes membros: Deputado Paulão, Deputado Patrus Ananias, Deputada Erika Kokay, Deputado João Daniel, Deputado Nilto Tatto, Deputado Valmir Assunção, Deputada Janete Capiberibe, Deputado Marcon e Deputado Moisés.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, tenho só uma questão de encaminhamento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não há encaminhamento neste período, Deputado. (*Pausa.*)

Expediente.

Todos os documentos recebidos estão à disposição dos Srs. Parlamentares na Secretaria.

Ata Final.



Nos termos do § 3º do art. 97 do Regimento Interno, por se tratar da última reunião da Comissão, consulto os Parlamentares sobre a possibilidade de se dar a ata por aprovada, visto que ela será redigida com registro de áudio.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram, os outros...
(*Intervenção fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está bem. Então, votem contra. Ela está em votação.

Os Deputados...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, não vamos discutir a ata?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. quer discutir?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Quero discutir a ata.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A ata está disponível para V.Exas., está totalmente disponível para V.Exas.

A ata está em votação, com registro de voto contrário do Partido dos Trabalhadores: Deputada Erika Kokay, Deputado João Daniel, Deputado Nilto Tatto, Deputado Valmir Assunção, Deputada Janete Capiberibe, Deputado Paulão, Deputado Marcon e Deputado Moisés.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - A Deputada Janete Capiberibe é do PSB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A Deputada Janete Capiberibe é do PSB.

Deputados, antes de fazer o encerramento, eu preciso responder a uma questão de ordem apresentada pela Deputada Erika Kokay. Eu vou fazê-lo com muito prazer, se S.Exa. quiser me ouvir.

Encaminhamento de relatório da CPI.

“A Deputada Erika Kokay formulou questão de ordem na reunião do último dia 17 de maio, contra o encaminhamento e indiciamentos propostos pelo relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito - FUNAI e INCRA 2.



Argumenta que a Constituição Federal e art. 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados autorizariam o envio da conclusão da CPI ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União e ao Tribunal de Contas da União.

Afirma a Parlamentar que constam, no relatório da FUNAI e INCRA 2, pedidos de encaminhamento à Polícia Federal e que tal medida não teria base regimental nem legal. Com essas razões, solicitou a supressão dos encaminhamentos direcionados à Polícia Federal.

As Comissões Parlamentares de Inquérito, além da previsão regimental e constitucional, possuem regulamentação própria.

A Lei nº 1.579, de 1952, com a nova redação dada pela Lei nº 13.367, de 5 de dezembro de 2016, no seu art. 6º-A, não deixa dúvida quanto à questão.”

Vejamos o que diz o artigo:

Art. 6º-A. A Comissão Parlamentar de Inquérito encaminhará relatório circunstanciado, com suas conclusões, para as devidas providências, entre outros órgãos, ao Ministério Público ou à Advocacia-Geral da União, com cópia da documentação, para que promovam a responsabilidade civil ou criminal por infrações apuradas e adotem outras medidas decorrentes de suas funções institucionais.

“O Regimento e a Constituição recomendam o envio do relatório e da documentação ao Ministério Público e à Advocacia-Geral da União. Não obstante, a Lei das CPIs deixa claro que esta orientação não é exaustiva, podendo haver o encaminhamento para outros órgãos, como, por exemplo, a Polícia Federal.

Essa é a posição inclusive defendida pelo eminentíssimo defensor José Wanderley Bezerra Alves, na obra *Comissões Parlamentares de Inquérito*, que, ao analisar a questão, emite a valiosa opinião:

A indicação de órgãos acima do Ministério Público, da Advocacia-Geral da União e do TCU não é exaustiva, podendo ocorrer de, no caso concreto, ficar evidenciada a necessidade de encaminhamento a outros órgãos ou entidades, inclusive de Unidades distintas da Federação.



É importante registrar também que a supressão do encaminhamento proposto no relatório, pela via da questão de ordem, poderia afigurar-se em medida desproporcional e contrária à deliberação emanada pelo colégio na votação do texto — princípio da colegialidade.

Em outras palavras, a questão de ordem funcionaria como verdadeira emenda supressiva, invadindo indevidamente a esfera de competência política e constitucional da Comissão de decidir que medidas quer ver implementadas.

Por essas razões, indefiro a questão de ordem suscitada pela Deputada Erika Kokay, reafirmando que as conclusões a que chegou a CPI - FUNAI e INCRA, todas fundamentadas e registradas no relatório oferecido pelo ilustre Deputado Nilson Leitão, respeitam a ampla discussão da matéria e que, observada a deliberação deste Plenário, não se definir as providências que deverão ser encaminhadas.

Sala das sessões, 30 de maio de 2017.”

Assina este Presidente.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião e também declaro encerrada a CPI da FUNAI e do INCRA 2. (Palmas.)

Queria fazer, neste momento, um agradecimento a todos os Parlamentares e todos os funcionários e colaboradores pela presteza do trabalho. Este foi um trabalho magnífico!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Esta CPI queria agradecer a todos os funcionários e colaboradores pelo brilhante trabalho que fizeram.

Esta Presidência aproveita a ocasião para cumprimentar todos os funcionários, os assessores de Lideranças, os funcionários parlamentares, os funcionários da imprensa, os jornalistas e fotógrafos, os cinegrafistas que cobriram a CPI durante esses longos 18 meses, a quem nós agradecemos pela oportunidade do convívio.

Em especial, quero agradecer a todos aqueles funcionários que trabalharam diretamente na CPI (*palmas*), na Secretaria Executiva, no Departamento de Comissões, na Consultoria Legislativa, na Coordenação de Áudio, na Taquigrafia e na Polícia Legislativa.



Faço aqui uma menção especial aos membros da equipe técnica: Consultores Legislativos Fernando Rocha e Lucas Azevedo; Delegado da Polícia Federal, Marcelo Augusto Xavier; Perito Criminal Emerson Santos de Lima; Procurador do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Rodinei Escobar Xavier Candeia; Procuradora Gerlena Maria Santana de Siqueira, da Advocacia Geral da União; Carla Cristina de Oliveira Ferreira; e Régis Martins Ferreira e Tiago Modesto Carneiro Costa, do Tribunal de Contas da União.

Solicito que, em relação a todos esses servidores, seja consignado, nos respectivos assentamentos funcionais, o registro de gratidão desta Presidência, eis que competência, dedicação, zelo e espírito público souberam demonstrar na sua participação neste importante trabalho desenvolvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Assim, agradeço a todos pelo belo trabalho e pelo resultado desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que — a despeito de ter recebido, aqui no plenário, acusações as mais vis, acusação as mais injustas — fez um trabalho cívico. E, no relatório, não há um só dado que não seja fundamentado, no relatório, não há ninguém para quem tenha sido estabelecido um indiciamento que não esteja completamente argumentado com dados e fatos.

Logo, esta Presidência, com orgulho, diz ao povo brasileiro: aqueles que adoram fazer menção aos índios e aos pobres são os mesmos que conseguiram liberar 1 bilhão e 400 milhões de reais do BNDES para que a JBS pudesse fazer uma planta industrial nos Estados Unidos, para melhorar a vida dos trabalhadores americanos; são aqueles que passam a mão na cabeça das crianças e embarcam num jatinho da Odebrecht, com milhões e milhões de propinas; são aqueles que dizem que adoram os pobres.

Governos petistas têm uma máxima: *“Os pobres acham que governam, os ricos têm certeza, absoluta certeza de que governam com eles”*.

Chega de cinismo! Chega de fazer discurso sem fundamentação! Nós queremos a verdade!

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito se orgulha dos Parlamentares desta Casa que, sem arredarem um só centímetro do que achamos que seja justo,



encaminharam o resultado final de um processo que lesa e que promove a intriga, a briga, a desgraça, o furto, o embrulho.

Existe, em todos os quadrantes do País, o incentivo desses mesmos Parlamentares que estão aqui para colocar uns brasileiros contra outros. Esta CPI não se serviu para fazer qualquer tipo de proselitismo de maneira unilateral. Tudo fizemos com a mais absoluta justiça.

Mas os índios, os negros e os sem-terra desta Nação, os trabalhadores e os pequenos proprietários encontrarão guarida neste relatório, para que possam construir a dignidade deste País e não tenham que ficar a vida inteira sendo massa de manobra de bandidos que protegem e cometem crimes à revelia do povo, com o dinheiro público.

Deveriam explicar primeiro como conseguem 140 milhões de reais de ONGs americanas. Eles que debatem o tempo inteiro em defesa de um Estado socialista deveriam explicar como os americanos têm tanto interesse em passar para as ONGs esses recursos.

Agora, na quebra de sigilo, viu-se que milhões e milhões de reais — ou do Governo Federal ou de fonte internacional — foram enviados para ONGs que não dizem o que fizeram com o recurso que lhes foi passado para promoverem a desordem, a intriga, a devastação das florestas e, principalmente, o aniquilamento das nações indígenas, que não foram nunca tratadas com dignidade.

Basta ver a Raposa Serra do Sol. Lá estão aqueles índios, depois de demarcadas as terras, disputando um pedaço de pão velho no lixo, com urubus e com ratos, porque foram abandonados! Nós queremos que os índios sejam tratados como brasileiros de verdade, porque é isto que eles são: merecedores do respeito e da dignidade!

É com este discurso que encerro dizendo: fizemos justiça! E quem for ler o relatório da CPI sem querer produzir a mentira como agravo, sem fazer, com desfaçatez e cinismo, a discussão em defesa dos pobres e dos índios, vai encontrar nele uma guarida para que se tenha uma política de Estado para os índios, os negros e os pequenos produtores do nosso Brasil!

Um grande abraço a todos! (*Manifestação no plenário: Muito bem! (Palmas e apupos.)*)